

CASAMENTO



EDITADO POR 

FONTE DOS TEXTOS E IMAGENS

opusdei.org/pt-pt

IMAGEM DA CAPA

gratispng.com

1. Enamoramento: proteger o amor e mantê-lo jovem
2. O mistério do matrimónio
3. Os primeiros anos de vida matrimonial
4. Fortalecer o amor: o valor das dificuldades
5. A tapeçaria do casamento: tempo e dedicação
6. A intimidade no matrimónio: felicidade para os esposos e abertura à vida (I)
7. A intimidade no matrimónio: felicidade para os esposos e abertura à vida (II)
8. O matrimónio e o passar do tempo
9. Amor conjugal e vida de piedade
10. O bem dos filhos: a paternidade responsável (I)
11. O bem dos filhos: a paternidade responsável (II)
12. Amor conjugal
13. O amor matrimonial, como projeto e tarefa comum
14. O matrimónio: uma vocação e um caminho divino
15. Recorde a série "Casados de Fresco"
16. Vídeo: "Uma oportunidade para ser felizes"

ENAMORAMENTO: PROTEGER O AMOR E MANTÊ-LO JOVEM

Qualquer relação de amor humano necessita de cuidados: pormenores pequenos que servem para não se perder o afeto, sair de abatimentos e construir um futuro juntos. Texto com alguns conselhos cristãos sobre as dificuldades no amor.



Enamoramento: proteger o amor e mantê-lo jovem (II)

Qualquer relação de amor humano necessita de cuidados: pormenores pequenos que servem para não se perder o afeto, sair de abatimentos e construir um futuro juntos. Texto com alguns conselhos cristãos sobre as dificuldades no amor.

Alguns recursos para a falta de amor

O matrimónio, como previamente o namoro, “deve ser inspirado não pela ânsia de posse, mas por espírito de entrega, de compreensão, de

respeito, de delicadeza” [1].

Amar não é suficiente, é preciso saber amar. Saber governar, dirigir e canalizar esse sentimento para atitudes diárias concretas que alcancem o objetivo último do amor: conseguir que o outro seja feliz, fazê-lo ditoso. Isto resume-se em cuidar que as escolhas que fizermos, enriqueçam, em cada dia, os momentos em que estivermos juntos. Para isso não basta, habitualmente, atuar com carinho: há que servir-se da experiência, avaliar com prudência as situações e atuar com inteligência.

Se cuidamos com esmero a relação, teremos muitas possibilidades de êxito, e que se concretizará no crescimento pessoal e no da própria relação entre os dois. “Não devemos deixar-nos dominar pela «cultura do provisório»! O medo do «para sempre» cura-se dia após dia, confiando-se ao Senhor Jesus numa vida que se torna um caminho espiritual quotidiano, feito de pequenos passos, de crescimento comum” [2].

Em qualquer caso, vamos deixar aqui algumas pinceladas sobre o que se poderá fazer se se chegasse a uma situação conjugal difícil. Mas antes convém recordar que não é o mesmo a *crise conjugal* séria e que se vem arrastando há algum tempo, que as *dificuldades conjugais*, que aparecem com frequência e sobre as quais é preciso ter ideias claras para ver como as superar.

Entre ambas, crises e *dificuldades naturais*, existe um leque de formas diversas, onde se movem diferentes opções prudenciais de ação. Estes *remédios psicológicos e espirituais* devem ser aplicados de forma ativa, com a intenção de melhorar algo ou de corrigir ou de pôr no comportamento algum remédio que não esteja ainda presente e que seja imprescindível:

a) *Aprender a perdoar*. O perdão é um grande ato de amor. E tem duas partes: perdoar, e depois esforçar-se por esquecer. Perdoar e esquecer, é perdoar duas vezes. Só são capazes de o fazer as pessoas generosas, nobres de espírito, que sabem reconhecer os seus erros e querem corrigir-se[3].

b) *Não lembrar a lista de agravos do passado.* Impedir que venha à conversa o conjunto de desconsiderações, que tivéssemos ido acumulando ao longo dos anos, porque tem um efeito demolidor, muito destrutivo. Nos casais que se querem bem, esses factos estão fechados numa gaveta e nunca saem para fora. E nunca é nunca. A isso chama-se domínio de si mesmo, capacidade para fechar as feridas e deixá-las esquecidas. O domínio de si é imprescindível para a entrega total de si mesmo.

c) *Evitar discussões desnecessárias.* Um princípio central da elegância conjugal, própria do casamento, é este: não discutir. De uma grande discussão, raramente sai a verdade. Há mais de alívio e desejo de vencer o outro no debate, do que procurar o acordo entre as partes.

d) *Rezar juntos.* Partilhar sempre a fé e servir-se dela especialmente nos momentos difíceis ou depois de um desentendimento. Saber pôr Deus no centro do matrimónio, numa espécie de naturalidade sobrenatural, onde se mistura o divino e o humano [4].

e) *Não falar nunca de separação.* Esta é uma observação, que tem muito a ver com o convívio diário. Em situações negativas, em momentos difíceis, é preciso pôr todos os meios para que a palavra separação não apareça em nenhum momento. Nem como ameaça nem como chantagem. E menos ainda se um dos dois sabe que pode perder o autodomínio da sua pessoa e deixar escapar essa palavra.

f) *Depois de um dia ou momento mau, ou de uma vivência negativa e dolorosa, é preciso evitar os silêncios prolongados.* A psicologia moderna conhece bem o efeito muito negativo que provoca no casal, estar horas ou dias sem falar; essa atitude gera uma tensão emocional acumulada que convida a que cada uma das partes, privadamente, faça uma crítica do outro, com o conseqüente desgaste que isso significa.

Ter uma sexualidade sadia, positiva e cheia de cumplicidade no matrimónio. A sexualidade conjugal é de grande importância. O seu descuido tem efeitos muito negativos. Há que dialogar e procurar pontos de acordo. A sexualidade é uma linguagem do amor comprometido. É a

máxima doação. O ato conjugal deve consistir numa relação total, onde quatro grandes aspetos da pessoa se reúnem e formam uma bela sinfonia: deve ser um ato físico (genital), psicológico, espiritual e biográfico. Tudo em conjunto e em simultâneo.

h) *Aprender competências na comunicação interpessoal*. Isto requer um cuidado diário. São lições que se aprendem gradualmente. São estratégias simples, mas de grande eficácia: deixar falar o outro e ouvi-lo com atenção; não o desqualificar logo, se tiver opiniões diferentes das próprias; procurar modos respeitosos para falar, para pedir qualquer coisa e, em geral, para se dirigir ao outro; evitar gestos depreciativos, crítica agressiva ou frases ofensivas. Numa palavra, fomentar um clima psicológico de certa serenidade, evitando atitudes radicais ou enraivecidas, fomentando as boas maneiras, com elegância e educação.

Ou seja, deve-se procurar pôr em prática todo um conjunto de condutas positivas e equilibradas, que é preciso trabalhar – pessoalmente e em casal – e aprender com paciência e bom humor.

Enrique Rojas

NOTAS

[1] S. Josemaria, *Temas Atuais do Cristianismo*, 105.

[2] Papa Francisco, *Discurso aos noivos que se preparam para o matrimónio*, 14-II-2014.

[3] Sobre este importante aspeto do convívio familiar, cfr. também, Papa Francisco, *Discurso aos noivos que se preparam para o matrimónio*, 14-II-2014: “Aprendamos a reconhecer os nossos erros e a pedir desculpa. Também assim cresce uma família cristã. «Desculpa, se hoje levantei a minha voz»; «desculpa, se passei sem cumprimentar»; «desculpa, se cheguei atrasado», «desculpa, se esta semana estive tão silencioso», «desculpa, se falei demais, sem nunca escutar»; «desculpa, se me esqueci»;

«desculpa, se eu estava com raiva e te tratei mal» ... Todos nós sabemos que não existe uma família perfeita, ou um marido perfeito, ou uma esposa perfeita”.

[4] Para o tema que estamos a tratar são especialmente interessantes duas homilias de S. Josemaria Escrivá: “Rumo à santidade”, em *Amigos de Deus*, cheia de sugestões para melhorar a vida interior pessoal, com conselhos bem ajustados ao homem de hoje; e, por outro lado, “O matrimónio, vocação cristã”, em *Cristo que passa*.

Foto inicial: Photographer (cc)

O MISTÉRIO DO MATRIMÓNIO

No ano mariano para a família que se está a viver no Opus Dei, iniciamos uma série de editoriais sobre o amor humano. O primeiro texto centra-se no matrimónio.



A realidade humana do matrimónio

O matrimónio é uma realidade *natural*, que corresponde ao modo de ser pessoa, homem ou mulher. Nesse sentido, a Igreja ensina que "O próprio Deus é o autor do matrimónio (GS 48, 1). A vocação para o matrimónio está inscrita na própria natureza do homem e da mulher, tais como saíram das mãos do Criador"[1].

No fundamental, não é uma criação cultural, já que apenas o matrimónio reflete plenamente a dignidade da união entre o homem e a mulher. As suas características não foram estabelecidas por nenhuma religião, sociedade, legislação ou autoridade humana; nem foram

selecionadas para conformar diferentes *modelos* matrimoniais e familiares segundo as preferências do momento.

No plano de Deus, o matrimónio *fundamenta-se* na natureza humana e dela são reflexo as suas propriedades.

A relação especificamente matrimonial

O matrimónio também não nasce de uma espécie de acordo entre duas pessoas que querem estar juntas mais ou menos estavelmente. Nasce de um *pacto conjugal*: do ato livre pelo qual uma mulher e um homem se entregam e se recebem mutuamente para constituírem um casal, fundamento e origem de uma família.

A *totalidade* da doação mútua é a chave daquilo em que consiste o matrimónio, porque dela derivam as suas qualidades essenciais e os seus próprios fins.

Por isso, é *entrega* irrevogável. Os cônjuges deixam de ser donos exclusivos de si mesmos nos aspetos conjugais, e passam a pertencer cada um ao outro quanto a si mesmos. Um *deve-se* ao outro: não só *estão* casados, mas *são* esposos. A sua identidade pessoal ficou modificada pela relação com o outro, que os vincula "até que a morte os separe". Esta *unidade* dos dois, é a mais íntima que existe na terra. Já não está em seu poder deixar de ser marido ou mulher porque eles tornaram-se "uma só carne"[2]. "A indissolubilidade, antes de ser uma condição, é um dom que deve ser desejado, pedido e vivido, para além de qualquer mutável situação humana"[3].

Uma vez nascido, o vínculo entre os cônjuges já não depende da sua vontade, mas da sua natureza - em última análise de Deus Criador -, que os *uniu*. A sua liberdade já não se refere à possibilidade de *ser* ou *não ser* casados, mas a de procurar ou não viver de acordo com a verdade daquilo que são.

A "totalidade" natural da entrega propriamente matrimonial

Na verdade, só uma entrega que seja dom total de si e aceitação também total, correspondem às exigências da dignidade da pessoa.

Esta totalidade só pode ser *exclusiva*: é impossível se se dá uma mudança simultânea ou alternativa no casal, enquanto viverem os dois cônjuges.

Também implica a entrega e a aceitação de cada um quanto ao seu futuro: a pessoa cresce no tempo, não se esgota num episódio. Só é possível entregar-se totalmente para sempre. Esta entrega total é uma afirmação da liberdade de ambos os cônjuges.

Totalidade significa, também, que cada um dos cônjuges entrega a sua pessoa e recebe a do outro, não de modo seletivo, mas em todas as suas dimensões com significado conjugal.

Concretamente, o matrimónio é a união do homem e da mulher baseada na diferença e complementaridade sexual, que - não por acaso - é o caminho natural da transmissão da vida (aspeto necessário para que se dê a *totalidade*). O matrimónio é potencialmente fecundo por natureza: este é o fundamento natural da família.

Entrega mútua, exclusiva, perpétua e fecunda, são as características próprias do amor entre homem e mulher na sua plenitude humana de significado.

A reflexão cristã chamou-as desde tempos antigos *propriedades essenciais* (unidade e indissolubilidade) e *fins* (o bem dos cônjuges e o dos filhos) não para impor arbitrariamente um *modelo de matrimónio*, mas para tentar expressar em profundidade a verdade "do princípio"[4].

A santidade do matrimónio

A íntima comunidade de vida e de amor fundada sobre a aliança de um homem e uma mulher reflete a dignidade da pessoa humana e a sua vocação radical para o amor, e, como consequência, para a felicidade. O matrimónio,

já na sua dimensão natural, tem um certo caráter *sagrado*. Por esta razão, a Igreja fala do *mistério* do matrimónio[5].

O próprio Deus na Sagrada Escritura, usa a imagem do matrimónio para Se dar a conhecer e expressar o Seu amor pelos homens[6]. A unidade dos dois, criados à imagem de Deus, tem de certo modo a semelhança divina, e ajuda-nos a vislumbrar o mistério do amor de Deus que escapa ao nosso conhecimento imediato[7].

Mas, o ser humano ficou profundamente afetado pelas feridas do pecado. E também o matrimónio ficou enfraquecido e perturbado [8]. Isto explica os erros, teóricos e práticos, que se dão sobre a sua verdade.

No entanto, a *verdade da criação* subsiste enraizada na natureza humana [9], de modo a que as pessoas de boa vontade se sintam inclinadas a *não se conformar* com uma versão degradada da união entre homem e mulher. O verdadeiro significado do amor - mesmo com as dificuldades que experimenta - permite a Deus, entre outros modos, dar-Se a conhecer e realizar gradualmente o seu plano de salvação, que culmina em Cristo.

O Matrimónio, redimido por Jesus Cristo

Jesus ensina na sua pregação, de um modo novo e definitivo, a verdade originária do matrimónio [10]. A "dureza do coração", consequência da queda, incapacitava para *compreender totalmente* as exigências da entrega conjugal, e *considerá-las realizáveis*.

Mas, chegada a *plenitude dos tempos*, o Filho de Deus "revela a verdade originária do matrimónio, a verdade do «princípio» e, libertando o homem da dureza do seu coração, *torna-o capaz de a realizar inteiramente*" [11], porque "seguindo Cristo, renunciando a si mesmos, tomando sobre si as suas cruzes, os cônjuges poderão «compreender» o significado original do matrimónio e vivê-lo com a ajuda de Cristo"[12].

O Matrimónio, sacramento da Nova Lei

Ao constituir o matrimónio entre batizados em sacramento [13], Jesus leva a uma plenitude nova, sobrenatural, o seu significado na criação e sob a Antiga Lei, plenitude para a qual já estava ordenado interiormente [14].

O matrimónio sacramental converte-se em via por meio da qual os cônjuges recebem a ação santificadora de Cristo, não só individualmente como batizados, mas pela participação da *unidade dos dois* na Nova Aliança, através da qual Cristo se uniu a Igreja [15]. Assim, o Concílio Vaticano II chama-o "imagem e *participação* da aliança de amor entre Cristo e a Igreja" [16].

Isto significa, entre outras coisas, que a união dos cônjuges com Cristo não é *extrínseca* (ou seja, como se o matrimónio fosse mais uma circunstância da vida), mas *intrínseca*: dá-se através da eficácia sacramental, santificadora, da própria realidade matrimonial [17]. Deus vem ao encontro dos esposos, e permanece com eles como garante do seu amor conjugal e da eficácia da sua união, para tornar presente entre os homens o Seu Amor.

Portanto, o sacramento não é principalmente a celebração, mas o matrimónio, isto é, a "unidade dos dois", que é "sinal permanente" (pela sua unidade indissolúvel) da união de Cristo com a sua Igreja. Daí que a graça do sacramento acompanhe os cônjuges ao longo da sua existência [18].

Assim, "o conteúdo da participação na vida de Cristo é também específico: o amor conjugal comporta uma totalidade na qual todos os componentes vêm da pessoa (...). Numa palavra, trata-se de características normais do amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e consolida, mas eleva-as ao ponto de as tornar a expressão dos valores propriamente cristãos [19].

Muito cedo, a consideração deste pleno significado do matrimónio, à luz da fé e com as graças que o Senhor lhe concedia para compreender o valor da vida comum nos planos de Deus, levou S. Josemaria a entendê-lo como verdadeira e própria vocação cristã: "Os casados estão chamados a santificar o seu matrimónio e a santificar-se nessa união: cometeriam, por

isso, um grave erro, se edificassem a sua vida espiritual à margem do lar" [20].

NOTAS

[1] Catecismo da Igreja Católica, n. 1603.

[2] *Mt* 19, 6.

[3] Bento XVI, Discurso no encontro com os namorados, Ancona, 11-IX-2011.

[4] Cfr. *Mt* 19, 4.8.

[5] Cfr. *Ef* 5, 22-23.

[6] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, n. 1602.

[7] Cfr. Bento XVI, *Deus Caritas Est*, n. 11.

[8] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, n. 1608.

[9] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, n. 1608.

[10] Cfr. *Mt* 19, 3-4.

[11] S. João Paulo II, *Familiaris Consortio*, n. 13.

[12] Catecismo da Igreja Católica, 1615.

[13] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, n. 1617.

[14] Cfr. João Paulo II, *Familiaris Consortio*, n. 13.

[15] Cfr. *Ef* 5, 25-27.

[16] *Gaudium et Spes*, n. 48.

[17] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, nn. 1638 ss.

[18] Cfr. S. João Paulo II, *Familiaris consortio*, n. 56.

[19] S. João Paulo II, *Familiaris Consortio*, n. 13.

[20] S. Josemaria, *Cristo que Passa*, n. 23.

OS PRIMEIROS ANOS DE VIDA MATRIMONIAL

Quando se começa a viver com outra pessoa, surgem costumes e modos de ver a vida diferentes e profundamente arraigados que é necessário respeitar e aceitar. Neste artigo dão-se sugestões para pôr os fundamentos do amor.



A decisão está tomada. O período de verificação do amor, em que consiste o namoro, cumpriu a sua missão e permitiu exclamar: é ele! é ela! Durante esse tempo, os noivos ajudaram-se a adquirir as virtudes necessárias para conseguir a posterior comunhão matrimonial de vida e para a vida.

Não nos apaixonámos por um retrato robot pré-cozinhado na nossa imaginação. Se assim fosse, teríamos bloqueado a experiência do amor, pois o amor aparece sempre como uma revelação, como uma chamada inédita e imprevisível, por isso é maravilhoso. Há alguém real diante de nós e inaugura-se uma apaixonante tarefa: a descoberta gradual do outro pois

amar é, de certo modo, desvelar e desvelar-se diante do amado ou da amada.

A tarefa de amar, que é uma liberalidade, é também uma arte que sugere um programa para a vida inteira. “Primeiro, que vos ameis muito (...) — recomendava S. Josemaría —. Depois, que não tenhais medo à vida; que ameis todos os defeitos mútuos que não são ofensa de Deus”. E mais adiante: “já te disseram e sabe-lo muito bem, que pertences ao teu marido, e ele a ti”. Nesse mesmo sentido aconselhava: “rezai um pouquinho juntos. Não muito, mas um pouquinho todos os dias. Nunca o acuses, não te zangues por ninharias, mortificando-o”[1].

Nos primeiros anos de matrimónio concorrem dois perfis psicológicos, duas biografias pessoais, duas culturas familiares, dois estilos que há que juntar. Não se trata de pedir ao outro que se anule para nós. “*Se o meu marido se anula, o que é que me fica para amar?*”[2]. Não vamos ao matrimónio para perder a nossa personalidade, mas para ganhar uma personalidade nova, a da nossa mulher ou do nosso marido.

Educação sentimental para o amor

A educação sentimental nos primeiros meses e anos de vida em comum é de vital importância. Cada cônjuge, como qualquer pessoa, experimentará maior sintonia com aquelas maneiras de fazer (ordem, horários, sequências, rotinas familiares, vigências sociais, normas de educação, maneiras e modos de estar, disposição das coisas da casa, da mesa, do armário, etc.) próprias da sua família de origem, porque nelas educou os seus sentimentos. Poderá ter discordado em mil assuntos com os seus pais, mas os seus sentimentos foram modelados por essa biografia familiar prévia que já não pode apagar, e nesses hábitos e rotinas sentir-se-á mais à vontade.

A partir do momento em que nos casamos, temos que fazer *tábua rasa* dessas preferências não para as anular, insisto, mas para as pôr ao mesmo nível daquelas que a nossa mulher ou marido traga ao matrimónio. Tudo isso nasce de uma confiança mútua, reflexo da confiança que Deus pôs em cada um de nós.

Comentando o capítulo segundo do Génesis sobre a criação, o Papa Francisco ensina: “Assim era o homem, faltava-lhe algo para chegar à sua plenitude, faltava-lhe a reciprocidade”. A imagem da «costela» “não expressa em nenhum sentido inferioridade ou subordinação, mas, pelo contrário, que homem e mulher são da mesma substância e são complementares e que têm também essa reciprocidade. (...) Sugere também outra coisa: para encontrar a mulher — e podemos dizer para encontrar o amor na mulher — o homem tem primeiro que a sonhar e depois encontrá-la.

A confiança de Deus no homem e na mulher, a quem confia a terra, é generosa, direta e plena. Confia neles. Mas é aqui que o maligno introduz na sua mente a suspeita, a incredulidade, a desconfiança. (...). Também nós, todos, o apercebemos dentro de nós muitas vezes. O pecado gera desconfiança e divisão entre o homem e a mulher”[3].

O *nós* em que consiste o matrimónio deve-se construir com as vivências pessoais de cada um dos dois, sem outorgar *a priori* maior valor às experiências de um ou do outro. Entre os dois temos de ir contrastando e decidir os novos modos que constituirão o nosso projeto comum e as nossas pequenas “tradições” familiares. É que o matrimónio não consiste em conviver com alguém que se some ao nosso próprio projeto pessoal, mas em elaborar juntamente com essa pessoa o que será o nosso único e irrepetível projeto matrimonial, que depois teremos que defender diante de todos, mesmo diante dos mais chegados.

Este posicionamento respeitoso diante da cultura familiar do nosso cônjuge será uma ajuda valiosa à hora de nos relacionarmos com a sua família. O convívio e o carinho que devemos à família da nossa mulher, ou do nosso marido, aquilatar-se-ão com o conhecimento delicado do seu estilo familiar, que teremos ido aprendendo e assimilando naquilo que seja procedente, na convivência diária.

Ao mesmo tempo, se somos capazes de desenvolver um estilo matrimonial e familiar próprio que tenha traços fortes e nítidos, identificáveis, a família de ambos os lados ver-se-á convidada a respeitar

essa identidade familiar e matrimonial que soubemos gerar e transmitir. Pelo contrário, quando o nosso projeto vital seja difuso, os terceiros, tanto mais quanto mais nos amem, sentir-se-ão impelidos a prover-nos — inclusive com indevidas, embora bem-intencionadas, intromissões — de um modelo a seguir.

Como a construção deste projeto comum, do *nós* de que falámos, está essencialmente integrada por renúncias e cedências mútuas, é muito provável que alguns costumes novos nos sejam alheios e nos custe ao princípio identificar-nos com eles. Não importa. Se há amor e equilíbrio, é questão de tempo. Assim nos aconteceu com tantos hábitos e práticas (de piedade, por exemplo) que nos eram estranhas ao descobri-las, e que com o tempo se integraram na nossa vida até fazer parte do nosso eu.

Nestes primeiros anos teremos também que definir o estilo de vida a respeito do uso do tempo de descanso e diversão, dos gastos; no trabalho, nos planos conjuntos, na dedicação a algum voluntariado ou trabalho social, na integração e acomodação da vida de piedade — tanto pessoal, como em família — e em muitos outros campos de atuação que irão surgindo.

Comunicação centrada no outro

A comunicação na pessoa é omni-compreensiva. Comunicamos com tudo e a todo o momento, mas não deixa de ser uma técnica em que se pode melhorar. Não é este um lugar para muitos aprofundamentos, mas pode ser útil centrar o tema da comunicação matrimonial considerando os seus objetivos.

Quando a comunicação se dirige a uma meta íntima e definitiva (amar alguém para sempre), então o interesse centra-se no outro e a técnica encaminha-se para si próprio.

Quando a comunicação é dirigida a um propósito imediato e efémero (que alguém me compre um bem ou contrate um serviço, por exemplo), o interesse está centrado em mim, enquanto que a técnica utilizada se dirige a provocar uma mudança no outro (que me compre); quando a comunicação persegue um bem mais intenso e duradouro (uma boa relação de trabalho),

o interesse está centrado na própria relação e a técnica orienta-se a ambos (eu cedo em algo sem grandes transformações pessoais, mas exijo que o outro também o faça); quando a comunicação se dirige a uma meta íntima e definitiva (amar alguém para sempre), então o interesse centra-se no outro e a técnica encaminha-se para si mesmo (eu quero mudar para te fazer feliz!).

Poderia, pois, afirmar-se que na mesma medida em que me centro em mim, exigirei ao outro que mude e se adapte aos meus desejos; pelo contrário, se me centro no outro, procurarei mudar eu e adaptar-me a ele.

Esta é a maneira de ver adequada: “diante de qualquer dificuldade na vida de relação todos deveriam saber que existe uma única pessoa sobre a qual é preciso atuar para fazer com que a situação melhore: ele próprio. E isto é sempre possível. Habitualmente, no entanto, pretende-se que seja o outro cônjuge que mude e quase nunca se consegue (...) se queres mudar o teu cônjuge muda tu primeiro em algo”[4].

Fecundidade de amor e de vida

Os primeiros anos de matrimónio constituem o momento propício para pôr os fundamentos do amor. E o cimento natural do amor, de qualquer amor, é a fecundidade. Todo o amor é fecundo, tende a expandir-se, é espiritual e materialmente fértil. A esterilidade nunca foi atributo do amor. Não é suscetível nem mesquinho; *a medida do amor é amar sem medida*, dizia Santo Agostinho.

Um amor que se baseia no cálculo, na listagem de agravos, na limitação, é um amor que se nega a si mesmo. Todo o amor transborda, é excêntrico, convida a sair de si mesmo, é rico em detalhes, em atenções, em tempo, em dedicação ..., também em filhos, se Deus os envia, pelo menos na intenção.

Para além dessa fecundidade genérica, própria de qualquer amor, a via natural, específica, a mais própria, aquela que distingue o matrimónio dos demais amores humanos é a possibilidade de transmitir a vida: os filhos. “Assim, o começo fundamental da família é o serviço à vida, o realizar ao longo da história a bênção original do Criador, transmitindo na geração a imagem divina de homem a homem (cfr. Gn 5,1-3)” [5].

Neste terreno, portanto, o que é próprio do amor é a fecundidade, pelo menos de desejo, pois a biológica nem sempre depende de nós, e de facto, há casais com impedimentos para ter filhos que são exemplo de fecundidade, precisamente na sua abertura profunda ao cônjuge e a toda a sociedade. Um amor matrimonial que se fechasse voluntariamente à possibilidade de transmissão da vida seria um amor morto, que se nega a si mesmo e, claro, não seria matrimonial.

Questão diferente é o número: quem pode pôr números ao amor?... , mais ainda, quem pode julgar e calcular o amor de outros num número? Há que ser muito cautelosos e não julgar nunca, pois pode haver motivos para espaçar o nascimento dos filhos (respeitando a natureza própria das relações conjugais). Mas o princípio há-de ficar claro: o que é próprio do amor é a fecundidade, não a esterilidade. E os filhos, como são pessoas, pensam-se um a um com liberdade e generosidade, quer dizer, com amor.

Javier Vidal-Quadras

NOTAS

[1] S. Josemaría, *Apontamentos de uma tertúlia*, Santiago do Chile, 7-VII-1974.

[2] M. Brancatisano, *La Gran Aventura*.

[3] Francisco, Audiência geral, 22-IV-2015.

[4] U. Borghello, *Las crisis del amor*.

[5] S. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, n. 28.

FORTALECER O AMOR: O VALOR DAS DIFICULDADES

"Quem ama torna-se vulnerável, é verdade. Mas, no matrimônio autêntico, a vulnerabilidade, por ser recíproca, pode aceitar-se sem medo". Uma história de amor é também composta de momentos difíceis, como se mostra neste artigo sobre o amor humano.



“Os casados – recordava S. Josemaria – são chamados a santificar o seu matrimônio e a santificar-se nessa união; cometeriam por isso um grave erro, se edificassem a sua conduta espiritual de costas e à margem do seu lar”[1].

Ninguém se casa para se separar. Ninguém traz um filho ao mundo para o fazer infeliz. E, no entanto a realidade mostra diariamente situações difíceis, não desejadas, que parecem negar premissas tão evidentes como estas.

Uma decisão de vertigem

Certamente, casar-se para sempre não é uma decisão fácil. Como todo o compromisso definitivo, produz uma vertigem existencial. Mas, uma vez tomada, com plena consciência e determinação, a vertigem desaparece e transforma-se em segurança e alegria.

A liberdade falou e o espírito atento descobre então um novo horizonte de liberdade: não tem sentido deter-se no passado, pensando no que se deixou para trás; o novo futuro descoberto oferece um panorama de crescimento pessoal que a alma enamorada se vê impelida a percorrer. As rédeas do nosso amor estão agora nas nossas mãos e não no acaso das circunstâncias.

Naturalmente, não é um percurso sem espinhos. Haverá dificuldades que se intuem. Mas por trás desse *sim* que não admite voltar atrás, percebe-se também a valentia para as enfrentar. A vida adquiriu sentido e descobre-se uma nova missão, que lança uma luz inédita sobre toda a existência.

Alguns, por medo a esses espinhos, procuram evitar amar com esta profundidade de vida. É compreensível. O amor é paradoxal, pois, por um lado, faz-nos fortes para enfrentar as dúvidas, os obstáculos e os conflitos que poderão aparecer ao longo do caminho; mas, por outro, torna-nos frágeis, deixa à intempérie os nossos pontos débeis. Quem ama expõe-se à dor, já que aqueles a quem amamos também têm a capacidade de nos fazer sofrer.

Certas técnicas ou filosofias orientais oferecem outro caminho: não sintas e não sofrerás. No entanto, a ausência de dor não equivale à felicidade. O que ama torna-se vulnerável, é verdade. Mas, no matrimónio autêntico, a vulnerabilidade, por ser recíproca, pode aceitar-se sem medo: entrego-me ao meu cônjuge e sei que o meu cônjuge se entrega a mim. A minha vulnerabilidade ganha força nas suas mãos, e a sua entrega faz-se mais forte nas minhas.

A primeira condição para superar as dificuldades no matrimónio é não estranhar que um dia possam surgir. São um terreno pelo qual o nosso amor terá que passar algum dia. Como numa subida à montanha, quando se tem a

meta clara, as dificuldades não são alheias à travessia, fazem parte dela, e o desafio consiste em pôr engenho e fortaleza para as superar. Como disse o Papa Francisco, os que enfrentam assim o matrimônio são “homens e mulheres suficientemente valentes para levar esse tesouro nas «vasilhas de barro» da nossa humanidade”, e constituem “um recurso essencial para a Igreja, e também para todo o mundo”[2].

Podemos distinguir as dificuldades que podem surgir na vida matrimonial e familiar em três grupos: as procedentes do ambiente, as que provêm dos filhos e as que afetam o próprio matrimônio. O caminho que sugiro para as superar é o mesmo nos três casos: unidade. Unidade familiar, unidade matrimonial e unidade pessoal.

Dificuldades do ambiente: unidade familiar

Por ambiente refiro-me aqui ao âmbito próximo, mas diferente da família íntima. Podem ser problemas de trabalho ou económicos, a doença de um pai ou de uma mãe, controvérsias entre familiares ou amigos.

O critério seguro para enfrentar estas dificuldades, que pela sua própria diversidade não admitem soluções uniformes, é a unidade familiar. A melhor maneira de as enfrentar é integrá-las na dinâmica familiar. Não deixar que atuem como um fator externo de desestabilização pessoal.

Na família, as alegrias multiplicam-se e as penas dividem-se. Quando a ameaça é exterior à família, é a família inteira que há-de enfrentá-la, contribuindo cada um, no nível que lhe é próprio e na perspetiva que lhe corresponde, com a sua particular visão e apoio. A unidade familiar atua, além disso, como limite e critério para qualquer proposta, solução ou ponto de vista que se coloque.

Em não poucas ocasiões, estas dificuldades convertem-se num campo especialmente propício para a educação de virtudes essenciais para o desenvolvimento pessoal: confiança, humildade, sobriedade, ajuda mútua, etc.

Dificuldades dos filhos: unidade matrimonial

Quando os problemas procedem dos filhos, a solução passa sempre pela unidade matrimonial. Durante longos períodos, os filhos podem chegar a ser uma fonte constante de conflito matrimonial.

Perante as dificuldades com os filhos, a primeira ocupação tem de ser o nosso cônjuge. O mais importante é aumentar o nosso amor. Suceda o que suceder com um filho, o caminho mais seguro para o ajudar a superar o seu conflito pessoal é que perceba, com a maior evidência possível, o amor que os seus pais têm um pelo outro, além, naturalmente, do amor que lhe têm a ele.

Depois virão os conselhos, as técnicas, o diálogo constante no matrimónio, o compromisso mútuo, a análise serena, a ajuda de profissionais e tudo o resto. Mas a primeira condição para dar segurança e critério ao nosso filho é o amor mútuo dos seus pais.

Se os nossos filhos se apercebem de maneira clara e contundente, quase materialmente, dessa prioridade (primeiro é o teu pai; primeiro é a tua mãe), teremos posto as bases para enfrentar eficazmente o problema, seja de que natureza for.

Dificuldades no matrimónio: unidade pessoal

“O presente mais precioso que o casamento me deu foi o de me oferecer um choque constante com algo muito próximo e íntimo mas ao mesmo tempo indefetivelmente outro e resistente, real, numa palavra” [3], afirma C.S. Lewis. Pode chegar o momento em que a relação matrimonial se turve ou se endureça. Circunstâncias diversas podem influir com maior ou menor intensidade e extensão. Por vezes, uma pequena gota – que talvez faça encher o copo – desencadeia o temporal: “Um casal que começa a discutir, a litigar... Não têm nunca razão o marido e a mulher para discutir. O inimigo da fidelidade conjugal é a soberba”[4].

Unidade pessoal equivale aqui a autenticidade de vida; integridade de vida intelectual, volitiva, emocional, biográfica. Perante qualquer dificuldade na relação matrimonial, deve-se arrejeitar a tentação de romper com que somos, com aquilo que quisemos ser. Refazer a vida, sim, mas

com os nossos próprios materiais, não com os de outro ou de outra. O compromisso matrimonial transformou-nos de maneira radical e já não deveria ser imaginável a nossa vida sem ela ou sem ele.

Assim há-de ser sempre. Com visão ampla, magnânima, com generosidade de espírito. Não importa fazer um pouco de teatro no matrimónio e *forçar* a própria entrega quando o sentimento não acompanha. Como recordava S. Josemaría, referindo-o a Deus, temos o melhor espetador possível para essa humilde interpretação: a nossa mulher, o nosso marido, e o sentimento, se se sabe invocá-lo, sempre volta.

Fortalecer o amor é atualizá-lo. Escolher cada dia os que amamos: amei-a hoje? Notou-o? E voltar depois os olhos para nós próprios; só há uma pessoa que pode ajudar a melhorar a relação: eu próprio. Sou eu quem deve mudar e, então, com a nova visão que a minha transformação me dá, ajudá-lo a ele, ou a ela, a fazê-lo. Quem há-de dar o primeiro passo? A resposta não é nova: o que vê o problema, quer dizer, eu próprio.

Há uma virtude e uma conduta que surgem necessariamente quando se trata de reconduzir o amor: a humildade e o perdão. Humildade para reconhecer os próprios erros, humildade para pedir ajuda quando seja necessário, humildade para pedir perdão, humildade para conceder esse perdão e humildade para aceitar ser perdoado. E que seja um perdão humilde, não altivo, generoso, compreensivo e oportuno, que saiba dizer sem palavras: “preciso de ti para ser eu mesmo”, como descreveu Jutta Burggraf[5].

Javier Vidal-Quadras

Foto: Ismael Martínez Sánchez

NOTAS

[1] S. Josemaría, *Cristo que passa*, 23.

[2] Papa Francisco, Audiência geral, 6-V-2015.

[3] C.S. Lewis, *Una pena en observación*, Trieste, Madrid 1988, p. 24.

[4] S. Josemaría, notas de uma reunião familiar, 1-VI-1974.

[5] J. Burggraf, "Aprender a perdoar". Artigo publicado na revista *Retos del futuro en educación*. Editada por O.F. Otero, Madrid 2004.

A TAPEÇARIA DO CASAMENTO: TEMPO E DEDICAÇÃO

O casamento é uma corrida de fundo que requer perseverança para conseguir que o outro chegue à sua plenitude como mulher ou como homem, ou seja, para o tornar feliz. Eis um texto com alguns conselhos para o conseguir.



Depois de tudo o que fomos lendo ao longo destes artigos, chegamos à conclusão de que *o amor conjugal tem de ser trabalhado dia a dia*, desde que nos levantamos até nos deitarmos, com pequenos pormenores: um ‘amo-te’ sincero, um beijo sem rotina, um piscar de olhos cúmplice, um preocupar-se por uma reunião de trabalho do outro ou pela dor de cabeça que tinha quando saiu de casa, e tantas outras coisas "pequenas", que nos podem escapar se pensarmos apenas em grandes façanhas. Aquelas, no entanto, são as *oportunidades reais* que fortalecem o nosso amor e lhe dão sentido de perenidade: assim é como se tece a tapeçaria do casamento.

Por isso, pode dizer-se que o casamento é também um *trabalho*: primeiro, porque é um chamamento que dá plenitude à criação de Deus[1], vocação originária ao amor[2] que se manifesta na comunhão de vida e no apoio mútuo que os esposos se prestam mutuamente[3]; como afirma São João Paulo II, a pessoa “converte-se em imagem de Deus, não tanto no momento da solidão, mas no momento da comunhão”[4]: quer dizer, não quando o homem conhece as criaturas, mas quando se conhece em relação de mútua semelhança. E, segundo, porque é uma tarefa que traz consigo um esforço constante para manter intacta a “unidade de dois” que eles formam, pois o próprio casamento faz referência à ideia de crescimento ilimitado no exercício das virtudes.

O casamento é uma corrida de fundo que requer *perseverança* para conseguir que o outro chegue à sua plenitude como mulher ou como homem, ou seja, para o tornar feliz. Aqui, como no que se segue, a graça e a fortaleza que o sacramento confere é chave no insistir e persistir da vida conjugal: um manter-se firme naquilo que se é, na sua identidade própria como esposa ou esposo, e nos compromissos adquiridos.

Daí que a *fidelidade* seja muito mais do que “não ter uma relação com outra pessoa diferente do cônjuge”, esse é o seu limite negativo. Consiste, sobretudo, em cuidar do meu coração como algo sagrado que só se deve entregar a ela/a ele, e fechar a sua porta para que não entrem outros casos amorosos: esse café dispensável com o/a colega de trabalho, esse problema que se conta a quem não convém, esse copo supérfluo depois de um jantar de trabalho, ou essa maneira de vestir no escritório que dá lugar a equívocos.... Trata-se novamente de pequenos pormenores, pois nada se quebra de repente. A fidelidade – amor prolongado, amor liberal que se estende no tempo - *necessita* existencialmente renovar (tornar consciente e livremente novo) com assiduidade o momento da celebração nupcial.

Educar o coração dos casados também requer *laboriosidade*: a paixão passa, volta, torna a passar, tem intensidades, é um sobe e desce: como é próprio dos sentimentos. Contudo, o amor é mais que um sentimento, é um ato da vontade, livre e responsável. Portanto, é evidente que o amor matrimonial não pode estar subordinado a um sentimento, e que, em muitas

ocasiões, se terá de navegar sem vento, remando contra a maré, e que vai custar, e ‘doer’... *Quem disse que o amor é um caminho de rosas? Pois acertou, espinhos e flores, uma combinação para levar com otimismo e bom humor.* Quando isso acontecer, é oportuno recordar aquela consideração de São Josemaria: “Tens uma pobre ideia do teu caminho quando, ao sentir-te frio, julgas tê-lo perdido: é a hora da provação. Por isso te tiraram as consolações sensíveis”[5].

O problema apresenta-se quando não se vê como normal o facto de que na vida há uma variedade de tudo, e que as dificuldades formam parte do quotidiano; quando um, ou os dois, vivem num mundo de fantasia, de permanente imaturidade pessoal transferida para a convivência conjugal, então um ou ambos colocam-se fora da realidade, o que é motivo para grandes sofrimentos na família.

As crises fazem parte da trajetória do casamento, são um passo para a maturidade e para a consolidação do amor. Os casais não chegam a fazer as suas bodas de prata ou de ouro, porque estiveram 25 anos em estado de paixão perpétua ou simplesmente juntos a deixar passar o tempo, mas porque, de mãos dadas, conseguem saltar as valas da vida, embora pareça que a sociedade nos diz que se encontrarmos um muro, é melhor mudar de caminho.

As crises têm motivos diversos e podem ocorrer mesmo em momentos inesperados: por causa de uma mudança de trabalho que obriga a uma separação, ou por uma doença (física ou psíquica) que se prolonga, ou porque um se isola no seu mundo e não o quer partilhar, ou porque os defeitos do outro cônjuge, com o tempo, parecem intoleráveis, ou porque a educação dos filhos, em algumas ocasiões, se torna esgotante, ou porque não se têm filhos. Muitos dizem que o diagnóstico se deve à falta de comunicação: – Sim... e depois?

Pois vamos prevenir em vez de remediar:

1. Promover um espaço *semanal* de descanso e lazer para disfrutar com estilo próprio: um jantar, uma excursão, um cinema ou teatro, uma exposição de arte, fazer desporto juntos...

2. Cuidar os momentos para *falar* do projeto de família: dos pessoais e dos de cada filho e como se perspetivam.
3. Ter um pormenor mútuo de carinho cada dia. Sem reprimir quando não se recebe, mas continuando a dar.
4. Respeitar o espaço de *intimidade* pessoal para Deus e o de cada um. Enriquece.
5. Ter uma lista de coisas *boas* do outro para as ler quando não as vemos, e uma lista de situações que desculpem o outro (deve estar com uma dor de cabeça, deve ter sido um dia difícil...), se em algum momento tudo se tornar obscuro.

Como se vê, este trabalho maravilhoso do casamento requer dedicação e criatividade. No dia em que alguém se casa, fá-lo com o cônjuge; ainda não há filhos. Mas quase sem se aperceber, se Deus quiser, acaba por ver os filhos dos seus filhos, se esse for o seu caminho, ou a sua correspondência a uma vocação ao celibato.

Por isso é tão importante ter claro que é preciso cuidar do *nós*, para que, quando chegar a etapa em que os filhos vão soltando as amarras, tenhamos um novo nós cheio de plenitude, que não dê lugar a chantagens emocionais com os filhos, que não seja carga, mas apoio para colaborar com eles quando necessitem, sem nos metermos onde não somos chamados, sabendo estar na retaguarda. Demos gratuitamente, recebamos gratuitamente.

Como dizia, com sábias palavras, Santa Teresa de Calcutá:

“Ensinarás a voar,

Mas não voarão teu voo,

Ensinarás a viver,

Porém não viverão tua vida,

Ensinarás a sonhar,

Porém não sonharão o teu sonho,

Porém em cada voo, em cada sonho, em cada vida

Estará a marca do caminho ensinado”.

E no final dos dias, na velhice, outra vez sós como quando começámos, sozinhos, mas contentes e esperançados, estaremos apoiados em Deus como no primeiro dia: porque cuidámos desses pormenores pequenos que teceram a tapeçaria do nosso casamento com luzes e sombras; porque, com perseverança, fomos fiéis em cada momento; porque ainda que às vezes não sentíssemos nada, continuámos a amar-nos com plena liberdade, porque quisemos; porque, apesar dos pesares, continuaremos juntos até que um de nós dois vá para o céu com o nome do outro na testa.

Rosamaría Aguilar Puiggros

[1] Como o próprio trabalho: cfr. Gn 2,15.

[2] “[A mulher] é osso dos meus ossos e carne da minha carne! [...] para se unir à sua mulher, e os dois serão uma só carne”: Gn 2, 23-24.

[3] “Não é conveniente que o homem esteja só, vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele”: Gn 2,18.

[4] Audiência geral, 14 novembro 1979.

[5] S. Josemaria, *Caminho*, 996.

A INTIMIDADE NO MATRIMÓNIO: FELICIDADE PARA OS ESPOSOS E ABERTURA À VIDA (I)

O amor conjugal é um amor de entrega em que o desejo humano se dirige à formação de uma comunhão de pessoas. Novo artigo da série sobre o amor humano.



1. O amor é a vocação fundamental inata da pessoa humana como imagem de Deus

O amor é a vocação fundamental inata da pessoa humana como imagem de Deus[1]; e o matrimónio é um dos modos específicos de realizar integralmente essa vocação da pessoa humana para o amor. Por isso mesmo, é o canal para a realização pessoal dos esposos. “O amor humano e os deveres conjugais – dizia S. Josemaría referindo-se aos casados – são parte da vocação divina”[2]; também, noutra ocasião, recordava-lhes “que não hão-de ter medo a expressar o carinho: pelo contrário, porque essa inclinação é a base da sua vida familiar”[3].

É claro, no entanto, que qualquer forma de relação entre os esposos não serve como expressão do amor humano, nem sequer – neste caso – do amor conjugal. Cumpre tão só essa função aquela forma de se relacionarem que, como consequência da recíproca doação pessoal surgida da aliança matrimonial, e por isso, sendo própria dos esposos, recebe o nome de amor conjugal. O pacto conjugal cria entre os esposos um modo específico de ser, de se amarem, de conviver e de procriar: o conjugal, que se expressa numa multidão de atos e comportamentos do acontecer íntimo quotidiano.

2. A sexualidade humana é parte integrante da capacidade de amar concreta que o ser humano tem por ser imagem de Deus

A pessoa humana, em abstrato, não existe, senão a pessoa sexuada; porque a sexualidade é constitutiva do ser humano. “A sexualidade abraça todos os aspetos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito, particularmente, à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de maneira mais geral, à aptidão para estabelecer vínculos de comunhão com outro”[4]. A sexualidade é inseparável da pessoa; não é um simples atributo, um dado mais. É um modo próprio de ser. É a própria pessoa que sente e se expressa através da sexualidade. O amado, no amor conjugal, é a pessoa inteira do outro, enquanto e porquanto é homem ou mulher.

Tanto o homem como a mulher são imagem de Deus como pessoa humana sexuada. “E como todos sabemos, a diferença sexual está presente em muitas formas de vida, na longa série dos seres vivos. Mas só no homem e na mulher essa diferença leva em si a imagem e a semelhança de Deus: o texto bíblico repete-o três vezes em dois versículos (26-27): homem e mulher são imagem e semelhança de Deus. Isto diz-nos que, não só o homem na sua individualidade é imagem de Deus, não só a mulher na sua individualidade é imagem de Deus, mas também o homem e a mulher, como casal, são imagem de Deus. A diferença entre homem e mulher não é para a contraposição, ou subordinação, mas para a comunhão e a geração, sempre à imagem e semelhança de Deus” [5].

3. Os esposos respondem à vocação para o amor na medida em que as suas relações recíprocas se podem descrever como amor conjugal

É necessário, por isso, identificar adequadamente, o que é, e que exigências traz consigo, o amor conjugal. De acertar ou não na resposta vai depender a felicidade dos esposos. Quais são as notas e as exigências características do amor conjugal? O amor conjugal é um amor plenamente humano, total, fiel, exclusivo e fecundo[6].

a. *O amor conjugal é um amor plenamente humano e total.* Tem de abarcar a pessoa dos esposos em todos os seus níveis: corpo e espírito, sentimentos e vontade, etc. É um amor de entrega em que o desejo humano, que compreende também o “eros”, se dirige à formação de uma comunhão de pessoas. Não seria conjugal o amor que excluísse a sexualidade ou que, no outro extremo, a considerasse como um mero instrumento de prazer. Os esposos devem compartilhar tudo sem reservas e cálculos egoístas, amando cada um o seu consorte não pelo que dele recebe, mas por si mesmo. Não é, pois, amor autenticamente humano e conjugal aquele que teme dar tudo quanto tem e dar-se totalmente a si mesmo, o que só pensa em si, ou mesmo o que pensa mais em si do que na outra pessoa.

b. *Um amor fiel e exclusivo.* Se o amor conjugal é total e definitivo, deve ter também como característica necessária a exclusividade e a fidelidade. “A união íntima, prevista pelo Criador, por ser doação mútua de duas pessoas, homem e mulher, exige a plena fidelidade dos esposos e impõe a sua indissolúvel unidade”[7]. A fidelidade não só é conatural ao matrimónio mas também manancial de felicidade profunda e duradoura. Positivamente, a fidelidade comporta a doação recíproca sem reservas nem condições; negativamente, implica que se exclua qualquer intromissão de terceiras pessoas – e, isto, a todos os níveis: por pensamentos, palavras e obras – na relação conjugal.

c. *E um amor fecundo, aberto à vida.* O amor conjugal está orientado para se prolongar em novas vidas; não se esgota nos esposos. A tendência para a procriação pertence à natureza da sexualidade. Em consequência, a abertura à fecundidade é uma exigência da verdade do amor matrimonial e

um critério da sua autenticidade. Os filhos são, sem dúvida, o dom mais excelente do matrimónio e contribuem sobremaneira para o bem dos próprios pais (outra coisa diferente é que, de facto, surjam ou não novas vidas).

Estas características do amor são inseparáveis: se faltasse uma delas, tão-pouco se verificariam as outras. São aspetos da mesma realidade.

4. O amor conjugal: dom e tarefa

O amor dos esposos é dom e derivação do próprio amor criador e redentor de Deus. O sacramento do matrimónio, concedido aos esposos como dom e como graça, é uma expressão do projeto de Deus para os homens e do seu poder salvífico, capaz de os levar até à realização plena do seu desígnio. Além de ser um dom, o matrimónio implica uma tarefa do homem e da mulher; uma tarefa que exige a liberdade e a responsabilidade, e a fé.

O amor conjugal não se esgota num só ato, mas expressa-se através de uma multidão de obras diárias grandes ou pequenas. É uma disposição estável (um hábito) da pessoa e, ao mesmo tempo, uma tarefa. O amor conjugal é exigente e está chamado a cultivar-se. Como virtude, os esposos hão-de construí-lo constantemente, conforme as circunstâncias de cada um deles e dos esforços e desânimos de cada dia.

“O segredo da felicidade conjugal está no quotidiano, não em sonhos. Está em encontrar a alegria escondida que dá a chegada ao lar; no trato carinhoso com os filhos; no trabalho de todos os dias, em que colabora a família inteira; no bom humor face às dificuldades, que é necessário enfrentar com desportivismo”[8].

A felicidade conjugal não é possível se a relação não se cultiva e não se cuida dia a dia, através de factos concretos de amor – expressados em palavras, em gestos de ternura, em detalhes de carinho, em atos de generosidade, de confiança, de sinceridade, de cooperação, etc. – que tornam realidade o mútuo compromisso de viver no amor (en-amor-dados).

NOTAS

[1] cfr. *Gn* 1, 27

[2] *Temas actuais do cristianismo*, 91.

[3] *Cristo que passa*, 25.

[4] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2332.

[5] Papa Francisco, Audiência 15-IV-2015.

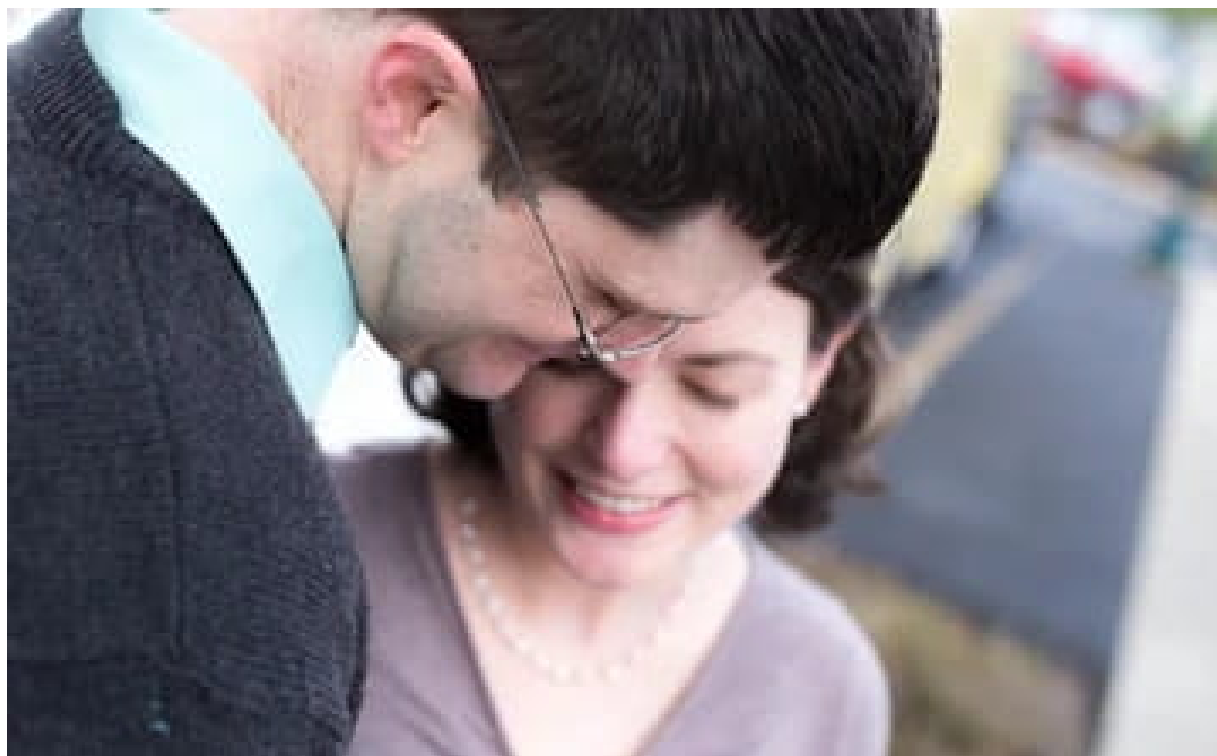
[6] cfr. *Humanae vitae*, 9.

[7] Concilio Vaticano II, Const. *Gaudium et spes*, 48, 49 y 50. Não há que ver a fidelidade apenas como uma resposta a um compromisso adquirido, mas, sobretudo, como a lógica consequência que deriva do amor total, da recíproca doação pessoal sem reservas nem limites. Um amor com estas características não pode senão ser exclusivo e para sempre.

[8] “...*Pobre conceito tem do matrimónio – que é um sacramento, um ideal e uma vocação – quem pensa que o amor acaba quando começam as penas e os contratempos que a vida traz sempre consigo.*” (S. Josemaría, *Temas actuais do cristianismo*, 91).

A INTIMIDADE NO MATRIMÓNIO: FELICIDADE PARA OS ESPOSOS E ABERTURA À VIDA (II)

O ato conjugal é a linguagem com que os esposos se dizem mutuamente: 'eu amo-te incondicionalmente, fielmente, para sempre e com todo o meu ser'. Assim o explica este artigo sobre o amor humano.



1. A expressão e perfeição do amor conjugal nos atos próprios dos esposos

O matrimónio, como união conjugal, ordena-se para a mútua ajuda interpessoal dos cônjuges e para a procriação, receção e educação dos filhos. As forças instintivas, emocionais e racionais que se encontram presentes na dimensão sexual dos esposos ordenam-se e transformam-se em forças dignas da pessoa humana e do amor matrimonial, quando as características essenciais do amor e da união conjugais lhes presidem, no contexto de um amor indissolúvelmente fiel e aberto à vida. No matrimónio, neste sentido, também se verifica uma escola da inclinação sexual em que não cabe a libertinagem.

O ato conjugal é o ato próprio e específico da vida matrimonial. É o modo típico com que os esposos se expressam como “uma só carne” [1] e chegam a conhecer-se mutuamente na sua condição específica de esposos. É o ato em que os cônjuges comunicam, de facto, entre si a mútua doação que confirmaram por palavra ao contrair matrimónio; é a linguagem com que os esposos se dizem mutuamente: ‘eu amo-te incondicionalmente, fielmente, para sempre e com todo o meu ser. Estou comprometido a formar contigo uma família’.

A união sexual é um ato de entrega e, por isso, é um gesto exclusivamente marital. Supõe o compromisso matrimonial prévio e a decisão real de expressar e realizar cada relação conjugal como um ato de verdadeira entrega, onde cada cônjuge procure primeiro e sobretudo o bem e a satisfação do outro [2]. Nesse contexto, é normal e bom que dentro do matrimónio haja demonstrações do amor que os une e os faz felizes por estarem juntos. Estas demonstrações de amor são muito diversas e íntimas, são um dom de Deus e do cônjuge. Só por razões justas seria aceitável dentro da relação matrimonial prescindir deste tipo de união entre os esposos.

Mas a intimidade física é, não só um dos meios mais elevados de expressar amor e unidade, mas é também a forma como os filhos chegam ao lar familiar. “A união do homem e da mulher no matrimónio é uma maneira de imitar na carne a generosidade e a fecundidade do Criador”, por isso é formosa e sagrada [3]. Como espaço da ação criadora de Deus na transmissão da vida, a união dos esposos deve ser sinal do amor de Deus.

Por consequência, “os atos mediante os quais os esposos se unem íntima e castamente entre si são honestos e dignos, e se se levam a cabo de modo verdadeiramente humano, manifestam e fomentam a mútua doação e enriquecem os esposos com espírito de gozo e agradecimento” [4]. O ato conjugal não só é moralmente bom, como também, quando é presidido pela caridade, é santo e fonte de santificação para os casados [5]. É uma consequência imediata da doutrina do matrimónio como caminho de santidade. Neste contexto, S. Josemaría indicava: “O que o Senhor pede é que se respeitem mutuamente e que sejam mutuamente leais, que ajam com

delicadeza, com naturalidade, com modéstia. Dir-lhes-ei também que as relações conjugais são dignas quando são prova de verdadeiro amor e, portanto, estão abertas à fecundidade, aos filhos” [6].

O ato conjugal servirá para a realização do bem dos cônjuges se é verdadeiramente conjugal; isto é, se é expressão da mútua doação, que, como elementos essenciais, comporta: a atitude de abertura à paternidade ou maternidade; o respeito pela pessoa do outro e o domínio dos próprios instintos, que se orientam de tal modo que o desejo não escraviza, mas deixa a liberdade necessária para poder doar-se ao outro. Esta é uma das razões pelas quais a castidade é um elemento necessário da verdade do amor conjugal[7].

2. A castidade: virtude dos enamorados

A castidade, com palavras do Catecismo, é “ *uma virtude moral e também um dom de Deus*”[8]. Uma virtude para cultivar e um dom que se nos oferece: é um dom e uma tarefa. A sexualidade no matrimônio deve ser vivida a partir da castidade. A castidade como virtude de estado implicará, no caso dos casados, atuar conforme a sua realidade vital: procurar o bem do cônjuge, praticar a fidelidade conjugal e estar abertos ao dom da vida.

Viver a castidade é viver o amor em plenitude [9]. Às vezes, os esposos podem ver a chamada a ser castos e puros como algo que limitaria o seu carinho: até onde podemos chegar? O que permite a Igreja, e o que é que proíbe? Mas a castidade no matrimônio não é um *não* a certas coisas. Se bem que exclua certos comportamentos que não são dignos, é sobretudo um *sim* radical, profundo e simples ao outro [10]. É o cuidado do amor único e exclusivo para com o outro.

A castidade não é menosprezo nem recusa da sexualidade ou do prazer sexual, mas força interior e espiritual que liberta a sexualidade dos elementos negativos (egoísmo, agressividade, atropelo, coisificação do outro, narcisismo, luxúria, violência...) e promove-a à plenitude do amor autêntico. É a virtude que permite ter senhorio ou domínio sobre esta dimensão humana [11].

A castidade implica uma aprendizagem do domínio de si, que é uma pedagogia da liberdade humana. A castidade conjugal permite aos esposos integrar os sentimentos, os afetos e as paixões num bem superior que os liberta do egoísmo e os capacita para amar verdadeiramente, respeitando-se mutuamente. Por outras palavras, a castidade é a valorização da sexualidade como afetividade comprometida, fiel, leal e respeitadora da situação de cada um [12].

3. Ajudar-se mutuamente: a intimidade conjugal

Não poucas pessoas confundem a intimidade conjugal com as relações maritais, mas a verdadeira intimidade é muito mais do que isso; é essa relação que mantém forte e unida a relação dos esposos, é a união profunda entre duas pessoas que se amam [13]. A intimidade conjugal exige e manifesta-se na entrega mútua e estende-se desde as diferenças, mesmo discussões, sobre os detalhes da vida diária, aos instantes em que se confiam os sentimentos mais íntimos, aqueles que não compartilhariam com ninguém mais. Para que exista essa intimidade, os esposos devem criar conjuntamente uma ponte de união profunda – formada por pilares de conhecimento mútuo, de confiança, de diálogo, de generosidade, de respeito, de admiração, de compreensão, de atração física, de ternura, de sentido de humor, de proximidade, etc. – que é possível cruzar quando há dois seres que se desejam e se amam incondicionalmente.

Os esposos que vivem essa intimidade com generosidade procuram uma união mais completa e profunda de todo o seu ser, dos seus corpos, das suas mentes e dos seus espíritos. Ambos os cônjuges têm esse desejo de cumplicidade, de se conhecerem e de se entregarem mutuamente. Estes esposos compartilham paixão, sentimentos e emoções, fazem planos e tomam decisões juntos; em poucas palavras, têm uma vida em comum, essa vida é dos dois, algo que os torna únicos, que torna única a sua relação matrimonial. Essa intimidade conjugal transcende os cônjuges e leva-os a formar uma família em que se dá a abertura à vida e se procura também ser fecundos socialmente.

Todos os fins se entrecruzam uns nos outros e, se se querem conseguir plena e equilibradamente, há que procurá-los todos, conjunta e harmoniosamente, sem contradições artificiosas. Ao mesmo tempo, convém ter muito claro que a ajuda mútua não é um meio para a obtenção de outros fins, mas um fim em si mesmo. Esposo e esposa não somente se complementam e ajudam quanto à geração e educação dos filhos que haja; também se complementam para si mesmos, dado que cada um é o bem do outro.

“Para o cristão o matrimónio não é uma simples instituição social e menos ainda um remédio para as fraquezas humanas: é uma autêntica vocação sobrenatural.... Os casados estão chamados a santificar o seu matrimónio e a santificar-se nessa união: cometeriam, por isso, um grave erro se edificassem a sua vida espiritual à margem do lar. A vida familiar, as relações conjugais, o cuidado e a educação dos filhos, o esforço por sustentar, manter e melhorar economicamente a família, as relações com as outras pessoas que constituem a comunidade social, tudo isso são situações humanas e correntes que os esposos cristãos devem sobrenaturalizar.”[14].

Javier Escrivá Ivars

NOTAS

[1] Cfr. *Gn* 2, 24.

[2] Daí que qualquer ato contrário a essa fidelidade e exclusividade conjugal implique um atentado gravíssimo contra o ser próprio dos esposos.

[3] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2335.

[4] Concílio Vaticano II, Const. *Gaudium et Spes*, n. 49.

[5] Cfr. S. Josemaría, *Amigos de Deus*, n. 184.

[6] *Cristo que passa*, n. 25. O mesmo há que dizer sobre o uso do matrimônio quando se sabe que, por causas alheias à vontade dos cônjuges, não tem lugar a procriação.

[7] Cfr. A. Sarmiento, *El matrimonio cristiano*, p. 387.

[8] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2345. Além disso o *Catecismo* explica que: “A virtude da castidade faz parte da virtude cardinal da temperança, que tende a impregnar de racionalidade as paixões e os apetites da sensibilidade humana” (n. 2341). Mas, em que consiste realmente a castidade? O *Catecismo* diz que: “A castidade significa a integração conseguida da sexualidade na pessoa e, por isso, na unidade interior do homem no seu ser corporal e espiritual” (n. 2337). Esta é uma virtude que se adquire através de “Uma aprendizagem do domínio de si, que é uma pedagogia da liberdade humana” (n. 2339).

[9] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, nn. 2331-2391.

[10] Cfr. Pontifício Conselho para a Família, *Sexualidade humana: verdade e significado* (8-12-1995); Idem., *Vademecum para os confessores sobre algumas questões de moral conjugal* (12-02-1997).

[11] Não se trata de um exercício ascético de renúncia; na sua essência é um dom de Deus. Certamente supõe luta, como toda a virtude moral; mas é graça que o Espírito Santo concede no Batismo e no sacramento do matrimônio (cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2345). Daí a necessidade absoluta da oração humilde para pedir a Deus a virtude da castidade.

[12] “*Todo o batizado é chamado à castidade. O cristão ‘revestiu-se de Cristo’ (Ga 3, 27), modelo de toda a castidade. Todos os fiéis de Cristo são chamados a uma vida casta segundo o seu estado de vida particular. No momento do seu Batismo, o cristão compromete-se a dirigir a sua afetividade na castidade*” (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 2348)

[13] Cfr. Erich Fromm, *El arte de amar*.

[14] S. Josemaría, *Cristo que passa*, n. 23.

O MATRIMÓNIO E O PASSAR DO TEMPO

A relação entre duas pessoas muda com o tempo. Há que saber adaptar-se às transformações e às circunstâncias que modificam o modo de amar. A fé ajuda neste processo.



É notório que a relação matrimonial viaja por diferentes etapas: desde os tempos do namoro, até ao amor de benevolência, passando pelo amor “maduro”; no entanto, a passagem do tempo, as circunstâncias pessoais de cada cônjuge, as dificuldades ou outros aspetos correntes da vida, não desfiguram a essência do vínculo matrimonial que tem origem no mútuo consentimento dos cônjuges manifestado legitimamente: “Do Matrimónio válido origina-se entre os cônjuges um vínculo de sua natureza perpétuo e exclusivo: no matrimónio cristão, além disso, são os cônjuges robustecidos e como que consagrados por um sacramento peculiar para os deveres e dignidade do seu estado” [1].

O consentimento inicial dos esposos é, portanto, essencial no matrimónio, é o elemento constitutivo; de tal modo que sem ele, não existe. É nesse “sim, quero”, manifestado reciprocamente e em liberdade, onde os esposos se *transformam* numa realidade nova, uma unidade na diferença pessoal. Ambos, por assim dizer, assumem uma aliança estável – o matrimónio – que é para toda a vida, que será o lugar onde cada um procure no bem e na felicidade do outro, a sua própria plenitude: só no matrimónio chegam a ser realmente uma só carne, uma só alma.

Desta união única, exclusiva, perpétua, surge a *ajuda mútua* que se concretiza no dia-a-dia dos cônjuges através de mil e um pormenores de ajuda, cuidado, interesse... Detalhes que abarcam desde o mais íntimo e espiritual até ao material: um “amo-te”, um sorriso, um obséquio em determinadas ocasiões, um “passar por alto pequenos atritos sem importância, que o egoísmo poderia transformar em montanhas; a fazer com grande amor os pequenos serviços de que se compõe a convivência diária”[2]. Quer dizer, um *desdobrar-se* da pessoa para realizar a dádiva total e gratuita a que os esposos estão chamados.

A ajuda mútua, própria do amor de enamorados, que sempre procura mais, porque ama mais, dirige-se também a *contemplar o que é ainda potencialidade*. A esse respeito diz Viktor Frankl: “O amor é o único caminho para chegar ao mais profundo da personalidade de um homem. Ninguém é conhecedor da essência de outro ser humano se não o ama. Pelo ato espiritual do amor é-se capaz de contemplar os rasgos e traços essenciais da pessoa amada: até contemplar também o que ainda é potencialidade, o que ainda está por se revelar e mostrar. Mas há mais: mediante o amor, a pessoa que ama, possibilita ao amado a atualização das suas potencialidades ocultas. O que ama, vê mais além e impele o outro a realizar as suas inadvertidas capacidades pessoais”[3].

Os pormenores que alimentam a vida matrimonial e que não se devem descuidar com a passagem do tempo, acrescentam e purificam o amor. São o reflexo visível – e evidente, enquanto pessoas necessitadas das manifestações próprias do amor humano – da quantidade e qualidade do amor: do amor que pode *descobrir as potencialidades ocultas*. Não

esqueçamos que o amor é um “atrevido”, é audaz, ousado e valente até à insensatez, para atingir o seu fim: tornar melhor a pessoa que ama.

As manifestações amorosas não de ser acompanhadas de otimismo – outro nome da esperança cristã – entendido como a “capacidade de transformar os erros em *oportunidades* de aprendizagem e crescimento”[4]. Pois o crescimento, é a finalidade da aprendizagem, e isto em todos os aspetos da vida de uma pessoa.

Otimismo que há de ir acompanhado de boas maneiras; de agradecimento, que é uma forma de reconhecer no outro o bem que a sua presença e amor nos proporcionam; da capacidade de perdoar e de pedir perdão; de nos sabermos frágeis e dependentes e, portanto, necessitados do favor e da ajuda do outro. São dons da fidelidade matrimonial e *defesa* ante as vicissitudes inevitáveis da vida.

O Papa Francisco, numa das suas catequeses sobre o matrimónio e a família propunha em três palavras uma proteção, não isenta de luta, contra o próprio egoísmo, um caminho para apoiar o matrimónio. Essas palavras são: “ «com licença», «obrigado», «desculpa». Estas palavras realmente abrem o caminho para viver bem na família, para viver em paz. Trata-se de palavras simples, mas não tão fáceis de pôr em prática! Elas encerram em si uma grande força: o vigor de proteger o lar, até no meio de inúmeras dificuldades e provações; ao contrário, a sua falta abre fendas gradualmente, que até o podem fazer ruir”[5].

E o Papa continua: “a primeira palavra é «com licença». Quando nos preocupamos em pedir gentilmente até aquilo que talvez julguemos que podemos pretender, construímos um verdadeiro baluarte para o espírito da convivência matrimonial e familiar. Entrar na vida do outro, mesmo quando faz parte da nossa existência, exige a delicadeza de uma atitude não invasiva, que renova a confiança e o respeito. Em síntese, a confiança não autoriza a presumir tudo. E quanto mais íntimo e profundo for o amor, tanto mais exigirá o respeito pela liberdade e a capacidade de esperar que o outro abra a porta do seu coração”[6].

Em relação à segunda palavra, *obrigado*, diz o Papa: “Certas vezes, pensamos espontaneamente que estamos a tornar-nos uma civilização malcriada, de palavrões, como se eles fossem um sinal de emancipação. Ouvimo-los com frequência, inclusive publicamente. A gentileza e a capacidade de agradecer são vistas como um sinal de debilidade, e às vezes até chegam a suscitar desconfiança.

Esta tendência deve ser evitada no próprio coração da família. Devemos tornar-nos intransigentes sobre a educação para a gratidão e o reconhecimento: a dignidade da pessoa e a justiça social passam ambas por aqui. Se a vida familiar ignorar este estilo, também a vida social o perderá”[7].

Finalmente, em referência ao «desculpa»: certamente, é uma palavra difícil, e no entanto é deveras necessária. Quando ela falta, pequenas fendas se alargam – mesmo sem querer – até se tornarem fossos profundos.

“Se não soubermos pedir desculpa, quer dizer que também não seremos capazes de perdoar. No lar onde as pessoas não pedem desculpa, começa a faltar o ar e a água estagna-se. Muitas feridas dos afetos, muitas dilacerações nas famílias começam com a perda deste vocábulo precioso: *Desculpa*”[8].

Em jeito de conclusão, diz o Papa: “A família vive desta delicadeza do bem-querer”.

No dia-a-dia do convívio conjugal e familiar pode ser fácil perder as formas, por muitos motivos: cansaço, pressas, dificuldades, um trabalho profissional muito exigente em dedicação e resultados, preocupações pelos filhos, etc.; no entanto, não podemos esquecer que *o outro, a outra* a quem nos dirigimos é a pessoa que um dia livremente escolhemos, para percorrer juntos, o caminho da vida, e a quem nos entregámos por amor.

Evocar o passado, esperar o futuro

Ao longo da existência em comum, há altos e baixos, inevitáveis mas superáveis. É, então, importante, evocar o passado, o momento daquele

primeiro encontro único e da eleição da pessoa, que nos parecia ao princípio excecional e única, com quem compartilho os meus dias. Trata-se de um exercício imprescindível da memória afetiva, que atualiza o carinho: porque convém, porque faz bem ao amor entendido como ato da inteligência, da vontade e dos afetos; e então recordamos (voltamos a colocar, com sumo cuidado, no coração) todas aquelas características únicas – também os defeitos e as limitações – que nos levaram a comprometer-nos, a amar “para sempre”.

Também observamos e vivemos o presente com a disposição de sermos nós mesmos, e fazemos o outro cada dia melhor, com o entusiasmo renovado de reafirmar o amor, para fortalecer a união.

E o futuro, que nos desafia com a sua incerteza, ao mesmo tempo que nos anima com a esperança de que tudo no nosso caminhar terreno tem como fim a felicidade plena no Céu, com a certeza de que – como dizia São Josemaria – o caminho de ir para o Céu chama-se... (o nome da mulher, ou para ela, o do marido).

Em relação a esta frase do fundador do Opus Dei, refere Marta Brancatisano: “uma frase simples como esta, dirigida a jovens esposos e pais, tem, apesar do tom aparentemente romântico, uma profundidade e um sentido inovadores que convidam a reflexões que dificilmente se esgotam. Com essa afirmação, Josemaria Escrivá ultrapassa a ideia que considera os deveres conjugais como algo marginal no que concerne aos deveres para com Deus. Essas palavras são o começo de uma sobreposição sistemática da relação com Deus e com o cônjuge, no sentido de não se poder admitir a hipótese de uma vida cristã plena *a latere* da vida conjugal; em certo sentido, Deus não é senão o cônjuge: não espera fora de casa ou fora do leito matrimonial.

Esta perspetiva lança uma luz nova sobre o matrimónio, sobre o amor humano e sobre a transmissão da vida. Não pressupõe normas novas, mas antes um novo espírito para viver e compreender o valor da vida matrimonial. Desperta a responsabilidade pessoal dos esposos, chamados a saírem do anonimato e serem atores de um história fundamental e

insubstituível no plano da Providência, como primeira célula de amor e de vida que revela o rosto do Criador”[9].

Tal é a transcendência do amor humano vivido em plenitude, sem nos reservarmos nada, porque sabemos que “no ocaso da nossa vida seremos julgados pelo amor”, como dizia São João da Cruz.

A vida conjugal está chamada a adquirir *matizes* insuspeitados, que levam a dar prioridade ao matrimônio acima de quaisquer outras circunstâncias ou realidades, enquanto vocação específica – humana e sobrenatural – para cada um dos chamados a esse estado. Para descobrir tais matizes é necessário não só o amor, mas também o **bom humor**: perante os erros que nos afastam de uma pretendida e, ao mesmo tempo, inalcançável perfeição; perante as situações adversas ou os pequenos despistes; ou quando as coisas não saem como as tínhamos planeado... saber rir-se de si mesmo, aceitar a crítica construtiva, com agradecimento e simpatia, ajudam a não cair no *orgulho ferido*, que tanto mal faz a qualquer relação, seja de amizade, filial ou conjugal.

Bom humor também, como fonte de alegria, para nos sabermos alegrar no outro e com o outro: “quando se reconhece o amor como o principal âmbito de doação intersubjetiva – dar o melhor de si – o amor adquire imediatamente a força e a beleza do que é sagrado. E esse amor é lúdico, é fonte de satisfação. Só na doação do amor, o ser humano é capaz de pronunciar um *tu* cheio de sentido. Um *tu* que designa o núcleo mais sagrado e íntimo da pessoa amada”[10].

Uma alegria que é possível em todos os momentos e circunstâncias da vida, mesmo naqueles tão dolorosos que nos impedem sorrir e contemplar o belo, ou apreciar a bondade como uma realidade omnipresente. Na dor manifesta-se a verdade do amor. Como gostava de dizer São Josemaria: “não esqueças que a Dor é a pedra de toque do Amor”[11].

Todos os atributos da ajuda mútua, o valor dos pequenos e grandes detalhes, a *delicadeza do bem-querer*, que refere o Papa Francisco, o otimismo e o sentido de humor, tudo sem exceção, contribui para tornar

patente a maravilha e o assombro perante o outro. Aí está a grandeza e a beleza do amor conjugal, que resulta diretamente no bem dos filhos.

Muitas vezes se disse que “se o matrimónio está bem, os filhos estão bem”. Pode defender-se que aquilo que os filhos mais querem é *ver o amor* – porque o sentem, o notam – que os seus pais têm entre si: saberem-se seguros, parte de um projeto familiar estável, onde cada um tem o seu lugar e é querido incondicionalmente pelo facto de ser *filho*. O amor está na base de todo o processo educativo seja ele familiar ou académico. Por isso, é compreensível que o primeiro ato educativo para cada filho seja o amor entre os seus pais.

“Ninguém dá o que não tem”, significa que se não tenho amor, não posso dar amor; mas tão-pouco o posso exigir, e uma educação sem amor despersonaliza, pois não alcança o núcleo central, constitutivo da pessoa. O amor *entre os pais* é *original* – é anterior, é fonte, vai sempre à frente – e *originário* do filho, procriador ou, dito com ousadia: cocriador. Por isso, o amor *dos pais*, também é originário *para* o filho, porque põe nele – a partir de dentro, constitutivamente – a capacidade de amar, que é a raiz da sua *originalidade*, dessa nova personalidade que veio à existência e se mostrará, criativamente, na sua biografia.

Fomos criados para nos darmos e, de uma maneira especialíssima, os pais estão chamados a mostrar amor aos filhos. Amor que se expressa, entre outros aspetos: na abertura à vida, que torna possível gerar e educar os filhos, fim próprio do matrimónio; nos cuidados para que cresçam sãos e seguros; em guiá-los e acompanhá-los na procura da felicidade, respeitando a sua liberdade que é uma das maiores manifestações do carinho.

Se falha o amor entre os esposos, quebra-se a ordem natural da entrega recíproca, que tem como *beneficiários* não só os cônjuges mas também os filhos. Toda a pessoa merece sentir-se amada com o amor que só os pais – homem e mulher – são capazes de dar e transmitir.

No dia de amanhã, os filhos serão chamados por Deus para formar uma família, ou para o celibato apostólico, ou para a vida religiosa; e serão, na

maior parte dos casos, o que tenham visto nos seus pais. Educamos hoje não tanto médicos, engenheiros ou advogados de amanhã, mas principalmente homens e mulheres, que um dia acolherão a vocação com que Deus os procure; e serão capazes de respeito, de amor, de generosidade e de entrega, na medida em que o tenham visto nos seus pais e vivido nas suas famílias.

Olhar o passado com agradecimento, o presente com determinação e o futuro com esperança, ajuda a viver a entrega com plenitude, aceitar a passagem do tempo no matrimónio com alegria, porque é o sinal de que o amor se desenvolveu de um modo harmónico: tornou possível a transformação, o crescimento e a entrega dos esposos; e tentou-se transmitir aos filhos, que não necessitam de prendas mas de carinho.

Carolina Oquendo

Foto: *Angela Rutherford (Creative Commons)*

NOTAS

[1] *Catecismo da Igreja Católica*, 1638.

[2] S. Josemaria, *Cristo que Passa*, n. 23.

[3] FRANKL, Viktor: *El hombre en busca de sentido*, Barcelona 2004.

[4] MAJERES, Kevin: “Mindfulness as Practice for Purity” a href="https://purityispossible.com/index.php/mindfulness-as-practice-for-purity).

[5] Papa Francisco, *Audiência*, 13-V-2015.

[6] Papa Francisco, *Audiência*, 13-V-2015.

[7] Papa Francisco, *Audiência*, 13-V-2015.

[8] Papa Francisco, *Audiência*, 13-V-2015.

[9] BRANCATISANO, Marta: *O paraíso dos enamorados*

[10] PIRFANO LAGUNA, Iñigo: *Ebrietas: El poder de la belleza*. Ed. Encuentro. Madrid, 2012.

[11] S. Josemaria, *Caminho*, n. 439.

AMOR CONJUGAL E VIDA DE PIEDADE

"A família que reza unida, permanece unida". Este dito constata que Deus deseja contribuir para o projeto de cada família. Novo artigo da série sobre o amor humano.



Temos uma grande sorte porque o matrimônio não é coisa de dois, mas de três. Mas quem é o terceiro, estareis a pensar? Pois, além dos cônjuges há alguém ainda mais interessado em levar por diante o projeto de cada matrimônio, o projeto de santidade de cada cônjuge: Deus.

Jesus Cristo elevou o matrimônio natural à elevada categoria de sacramento, para dar uma graça especial a cada um dos esposos ao empreender este caminho apaixonante de formar uma nova 'igreja doméstica'; e, além disso, não nos deixa sós, antes se *intromete* na nossa vida e é como se nos dissesse: "Eu envolvo-Me em tudo o que é vosso, pequeno ou grande, permanente ou efêmero; percorrereis a minha senda, haverá tempos para tudo, estaremos em Nazaré, em Betânia... e no

Calvário; mas não termina aí porque haverá também Ressurreição; mas, confiai, pois Eu estarei sempre convosco animando os vossos dias”.

Como dizia S. Josemaria: “O matrimónio está feito para que aqueles que o contraem se santifiquem nele e santifiquem através dele; para isso os cônjuges têm uma graça especial, que o sacramento instituído por Jesus Cristo confere. Quem é chamado ao estado matrimonial, encontra nesse estado – com a graça de Deus – tudo o que é necessário para ser santo, para se identificar cada dia mais com Jesus Cristo e para levar até ao Senhor as pessoas com quem convive” [1].

A vida conjugal é verdadeiro itinerário de santidade cristã e o *truque* que qualquer casal procura para conseguir a felicidade consiste em fazer a Sua vontade em cada situação e amar muito, muito, como Ele nos amou. Por isso numa família quando alguém está pendente dos outros é mais feliz, porque então os outros ocupam-se da sua felicidade e, é claro, Deus; Ele nunca falha.

Como nos disse o Papa Francisco na sua catequese sobre a família: “Deus confiou à família, não o cuidado de uma intimidade em si mesma, mas o emocionante desígnio de tornar o mundo ‘doméstico’. A família está no início, na base desta cultura mundial que nos salva; salva-nos de tantos, tantos ataques, tantas destruições, de tantas colonizações, como a do dinheiro ou como daquelas ideologias que tanto ameaçam o mundo. A família é a base para nos defender” [2].

Neste sentido, vale a pena recuperar o sentido do matrimónio sacramental. Não só como um evento festivo ou familiar – que o é – mas porque entendemos com profundidade o que vamos fazer; a recíproca entrega/aceitação das nossas pessoas na sua conjugalidade, participando do mistério de amor entre Cristo e a sua Igreja. Daí que a etapa de namoro ou noivado seja tão crucial para ir já pondo Deus no centro da nossa vida pessoal: que chegue a formar parte de um tu, de um eu e de um nós aberto aos filhos e a outras famílias. O homem não poderá retirar o melhor da mulher se não está próximo de Deus, e a mulher não poderá retirar o melhor

do homem se não está próxima de Deus. Estar ou não próximo de Deus é a chave para a felicidade matrimonial.

A partir do nosso matrimônio também podemos ser – sem mérito algum da nossa parte – luz para os outros: luz que diga – sem dizer – que Deus está na nossa vida porque as coisas no nosso casamento e na nossa família, *com naturalidade se sobrenaturalizam* ; não fazemos nada estranho: trabalhamos como os outros, saímos e distraímos-nos como os outros, rimos como os outros, temos as inquietações próprias da nossa idade, sonhos, quimeras que talvez cumpramos ou talvez não. Mas procuramos pôr tudo nas mãos de Deus; esta é a diferença... e vivemo-lo com uma alegria profunda, porque se temos um filho com problemas, ou se parece que os filhos não aparecem, se há uma doença, choraremos como os outros, mas com os pés na terra e os olhos virados para o Céu.

“A caridade levará a partilhar as alegrias e os possíveis dissabores, – recorda-nos S. Josemaria – a saber sorrir, esquecendo-se das preocupações pessoais para atender os outros; a escutar o outro cônjuge ou os filhos, mostrando-lhes que são verdadeiramente amados e compreendidos; a passar por alto pequenos atritos sem importância, que o egoísmo poderia transformar em montanhas; a fazer, com grande amor, os pequenos serviços de que se compõe a convivência diária.”[3].

Rezar juntos em família – respeitando a liberdade e a idade de cada um dos filhos. A fé transmite-se não se impõe – é algo que a tradição cristã recomenda pois, através dessas pequenas mas concretas práticas de piedade familiares, transmitiu-se a fé de geração em geração: rezar pela manhã – o oferecimento a Deus do nosso dia – o Angelus ao meio-dia e pela noite as três Ave-marias; invocar a Deus ao começar uma viagem; assistir juntos à Missa dominical; e talvez rezar o Terço em família, porque como se diz “a família que reza unida, permanece unida”. Entre essas práticas é muito familiar a bênção da mesa, como nos recorda *Laudato si*: “Uma expressão desta atitude [contemplativa diante da criação] é deter-se a dar graças a Deus antes e depois das refeições. Proponho aos crentes que retomem este valioso hábito e o vivam com profundidade. Esse momento da bênção, ainda que seja muito breve, recorda-nos a nossa dependência de Deus para a

vida, fortalece o nosso sentido de gratidão pelos dons da criação, reconhece aqueles que com o seu trabalho proporcionam esses bens e reforça a solidariedade com os mais necessitados”[4].

Nós, esposos temos o dever conjugal, que prometemos no dia do nosso casamento, da ajuda mútua, e ajudar o outro é abrir-lhe um horizonte para que possa retirar o melhor, e claro, animá-lo a estar junto de Deus – sem pressionar, nem importunar indevidamente; porque o melhor e mais eficaz modo de atrair para Deus, o *compelle intrare* (Lc 14,23) do Evangelho, é amar e rezar pelo outro cônjuge e pelos filhos – porque o mais importante para cada um é levar o cônjuge para o Céu, mas ajudando-o a apreciar o bem por si próprio.

Há que respeitar os tempos de cada um, as possíveis crises, estando presente, acompanhando, rezando e não angustiando. Mas ao contrário também: respeitar o outro nos seus tempos de intimidade com Deus, mesmo que o outro os não partilhe, é algo que não entorpece o nosso casamento, antes o enriquece. É importante o respeito mútuo e ainda mais no que toca à consciência, que é o lugar onde cada um abre a sua interioridade ao Senhor, o lugar onde a nossa liberdade elabora as decisões mais transcendentais da sua vida. A intimidade com Deus é pessoal e cada um deve descobrir o seu pessoal caminho até Ele, que certamente passa pelo outro cônjuge; isto é muito enriquecedor para ambos.

Deus envolveu-Se conosco nesta aventura do casamento, porque lhe apeteceu, porque nos ama de modo carinhoso e deseja a nossa felicidade e porque quer que sejamos luz para os outros e que formemos uma autêntica ‘Igreja doméstica’ com os nossos filhos. “Na medida em que a família cristã acolhe o Evangelho e amadurece na fé, faz-se comunidade evangelizadora (...). Esta missão apostólica da família está enraizada no Baptismo e recebe com a graça sacramental do matrimónio uma nova força para transmitir a fé, para santificar e transformar a sociedade atual segundo o plano de Deus”[5]. Que grande é a missão a que Deus chamou os esposos e que pôs nas suas mãos! Que maravilhosa responsabilidade estar no surgir de uma sociedade renovada pela caridade de Cristo e que imperiosa necessidade do Seu auxílio!

NOTAS

- [1] S. Josemaria, *Temas atuais do cristianismo*, n. 91.
- [2] Papa Francisco, Audiência 16/09/2015.
- [3] S. Josemaria, *Cristo que passa*, n. 23.
- [4] Papa Francisco, enc. *Laudato si'*, n. 227.
- [5] São João Palo II, exhort. apost. *Familiaris consortio*, n. 52.

O BEM DOS FILHOS: A PATERNIDADE RESPONSÁVEL (I)

“Um filho não é senão a síntese do amor dos cônjuges entre si, unidos intimamente ao amor de Deus, que cria a alma”. Na série de artigos sobre amor humano, aborda-se agora o dom dos filhos.



Nada mais prático do que uma boa teoria

Ao defender que quem não vive como pensa acaba a pensar como vive, a sabedoria popular não diz tudo e nem sequer o mais importante.

Porque se é verdade que quem não luta por corrigir uma conduta equivocada acaba com frequência por deitar mão a uma teoria que a justifique, não é menos certo que um conhecimento adequado das realidades fundamentais constitui a melhor e mais permanente ajuda para um reto comportamento.

Entre essas verdades, nenhuma influi tanto na conduta como a compreensão profunda de que qualquer mulher ou homem é *pessoa*. E nenhuma determina tão eficazmente a atitude dos cônjuges entre si e a respeito dos seus filhos.

Por isso, a consideração pausada do que traz consigo ser *pessoa*, longe de nos afastar da prática educativa, introduz-nos no seu próprio cerne, ao mesmo tempo que ilumina, a partir de dentro, o sentido mais profundo da *paternidade responsável*.

Pessoa e filho de Deus

A revelação da condição pessoal, unida historicamente à difusão do cristianismo, intui-se em toda a sua grandeza ao descobri-la como resposta a uma só e decisiva pergunta: Qual não será o valor de cada homem se o Verbo de Deus decidiu encarnar e morrer na Cruz para lhe devolver a possibilidade de gozar d'Ele e com Ele por toda a eternidade?

A verdade era tão inegável como sublime e espantosa. E as suas consequências práticas tão profundas e quotidianas, que os primeiros a vislumbrá-la temeram não estar à altura de tanta maravilha e esquecer, sequer por um momento, a impressionante grandeza de quantos os rodeavam.

Quiseram assegurar então que o próprio vocábulo com que a eles se referissem trouxesse à sua mente o valor quase infinito de qualquer homem ou mulher, de “cada um de todos”.

Isso é exactamente o que indica a palavra *pessoa*, utilizada desde então para os designar: a magnitude indescritível e a absoluta e insubstituível singularidade de todo o ser humano, correlativa, nos domínios da graça, à condição de *filhos de Deus*.

Seguindo uma pauta divina

A filosofia e a teologia validam o que os homens de boa vontade intuem e qualquer cristão sabe com certeza: a única coisa que pode mover Deus a

criar é o bem das criaturas a quem pensa dar o ser e, em particular, das pessoas; Ele nada *ganha* ao criar-nos, dado que o seu Bem é infinito e não admite incremento.

Com palavras mais claras: cada um dos seres humanos é fruto direto do infinito Amor de Deus que quer o melhor para ele.

E como nada há melhor do que o próprio Deus, Deus cria o homem à sua imagem e semelhança — torna-o capaz de O conhecer e de O amar — e, elevando-o à ordem da graça, destina-o a unir-se definitivamente a Ele, introduzindo-o na sua própria Vida, num diálogo eterno e poderosamente unitivo de conhecimento e amor.

Para se referir a essa condição final do ser humano, Tomás de Aquino utiliza expressões tão audazes como profundas: os homens são chamados a “alcançar” ou a “tocar” a Deus (*attingere Deum*), transformando-se em “deuses” por participação (*participative dii*).

Se Deus pode descrever-se como um Ato infinito e perfeito de Amor de Deus, seremos inteiramente semelhantes a Ele quando, no final, levados pela sua graça, todo o nosso ser se resuma e transforme num também perpétuo e gozoso ato... de amor de Deus.

Deuses por participação, esse é o nosso destino e o mais soberano índice da nossa grandeza.

Como “responder” à grandeza dos nossos filhos

Sobre essa convicção se constrói e continua a assentar o melhor da nossa civilização; e sobre a mesma base, enriquecida e tornada eficaz mediante o diálogo com Deus, deve edificar-se a relação dos cônjuges entre si e com cada filho.

Sempre e em qualquer circunstância, ao referirem-se aos filhos, um pai e uma mãe devem considerar que se encontram diante de uma *pessoa* e que, com a sua própria atitude e maneira de agir, devem *responder* à grandeza dessa índole pessoal.

Na sua aceção mais ampla e profunda, a paternidade *responsável* designa a qualidade do comportamento dos pais que *respondem* como pessoas à nobreza indescritível, e impossível de exagerar, dos filhos que também são pessoas.

Para além do respeito genérico, e mesmo da veneração e reverência, essa resposta só fica adequadamente expressa com uma palavra, *amor*, entendido fortemente como a busca coerente e decidida do bem do ser querido.

Cooperadores de Deus

A vida na terra, então, mais do que como uma “prova”, deve conceber-se como a grande oportunidade que Deus oferece para incrementar a nossa capacidade de amar, de modo que vamos sendo mais felizes já neste mundo e que, ao concluir a nossa existência temporal, tendo dilatado as fronteiras do nosso coração, nos “caiba” mais Deus na alma e gozemos mais d’Ele por toda a eternidade.

E o pai e a mãe têm de colaborar com Deus nessa tarefa, de uma maneira muito particular, decorrente da sua condição de pais.

O Modelo é, de novo, o próprio Deus. Se, para nos salvar, Jesus Cristo se “humilhou”, manifestando assim a infinitude do Amor divino, para educar — que não é, em suma, senão ensinar a amar — o pai e a mãe têm de saber também “desaparecer” em benefício de cada filho. Quer dizer, os seus interesses, as suas capacidades, os seus desejos mais nobres não contam, então, senão na medida em que os sabem pôr sem reservas ao serviço do cumprimento do plano de Deus para cada filho.

Por outras palavras, na proporção exata em que ajudam cada um a descobrir esse desígnio — único, embora convergente com o de qualquer outro ser humano — e fomentam e apoiam a sua liberdade, para que saiba conduzir-se por si próprio até à plenitude do Amor que lhe deu o ser e que de novo o interpela para que livremente regresse a Ele.

Co-criadores responsáveis

Esse direito/dever deriva, como dizia, da sua condição de pais. Como recorda também Tomás de Aquino, aqueles que foram a causa do surgir de uma realidade, devem constituir também o motor do seu desenvolvimento; podem e devem.

O filho não é senão a síntese do amor dos cônjuges entre si, unidos intimamente ao amor de Deus, que cria a alma. Cabe, pois, aos pais cooperar com Deus na educação de cada filho, como um direito inalienável, que ao mesmo tempo é um dever de que ninguém os pode dispensar, por serem realmente os seus pais, pela sua condição de co-criadores.

Deus bastava-Se para dar a vida a qualquer ser humano; não necessitava de nada nem de ninguém. Mas quis também agora assemelhar-nos a Ele nessa sua ação criadora, fruto do seu infinito Amor, elevando-nos, em certo sentido, à altura de co-criadores.

E fê-lo à sua maneira, tendo em conta a sua própria sublimidade e, por assim dizer, a grandeza do termo da sua ação criadora: cada pessoa humana, que exige ser tratada sempre com amor, mas muito particularmente no instante prodigioso em que inaugura a sua existência, que é condição de possibilidade de qualquer outro momento e situação.

Por isso, para levar a cabo a criação de cada nova pessoa humana, Deus procurou “algo” igualmente maravilhoso; se o infinito e todo-poderoso Amor divino é o *Texto* que narra a entrada na vida do ser humano e a realiza — a Palavra de Deus é infinitamente eficaz — o único *contexto* proporcionado a esse Amor sem medida teria que ser um também grandioso e extraordinário ato de amor.

Refiro-me, como é fácil de ver, ao ato maravilhoso com que se unem intimamente um homem e uma mulher que, por amor, se entregaram mutuamente e por toda a vida.

Como sugeri, este conjunto de verdades, normalmente um pouco esquecidas, constituem o âmbito e o horizonte imprescindíveis, onde se recorta a doutrina particular da paternidade responsável.

Aquilo que nela costuma afirmar-se — e que reservo para um posterior artigo — só acaba de se entender à luz da sublimidade de quem intervém mais diretamente na geração e desenvolvimento de toda a pessoa humana: Deus, o próprio filho, cada um dos seus pais.

Tomás Melendo

O BEM DOS FILHOS: A PATERNIDADE RESPONSÁVEL (II)

O primeiro artigo explicou como os homens colaboram com Deus na concepção e educação das crianças. Agora, a proposta é refletir sobre o valor dos filhos, acolhidos como um dom absoluto. Novo artigo da série sobre o Amor humano.



A pessoa do filho

O artigo precedente baseava-se na grandeza de qualquer pessoa e, em concreto, daquelas que mais intervêm no aparecimento e desenvolvimento do ser humano.

Agora, ao cingir o nosso tema à procriação, passa a primeiríssimo plano a realidade do *filho*, que habitualmente determina os diversos comportamentos a esse respeito.

E assim, na base da atitude incondicional a favor da vida humana, surge a capacidade de apreciar que o filho — pela sua sublime condição pessoal e à margem de qualquer outra circunstância — goza de um valor inestimável, de uma bondade constitutiva que nunca seria possível exagerar.

Analogamente, no repúdio de uma nova vida esconde-se, subtil e inconscientemente, a consideração — difusa mas operativa — de que o filho é um *mal*.

Um convencimento cuja enunciação explícita provoca espanto e recusa, mas fácil de compreender ao considerar os valores que dominam na nossa cultura.

O útil

Um olhar atento ao real permite distinguir três tipos de bens ou, melhor, três aspetos ou dimensões do bem.

Os bens *úteis* são os de categoria inferior; têm a sua bondade *duplamente* fora de si: *na* realidade para a qual servem e, de maneira definitiva, *naqueles* que querem o que esses instrumentos tornam possível.

Daí que, sem sofrer a menor alteração, deixem de valer quando já não existe — ou quando ninguém quer — aquilo para que serviam, Sem se alterar nem se deteriorar, a melhor das chaves de fendas perde toda a sua utilidade se desaparecem os objectos unidos por parafusos; e todo o dinheiro do mundo nada vale se ninguém está disposto a mexer um dedo em troca dele.

O gozoso ou agradável

Os bens *deleitáveis* também gozam de uma bondade escassa, porque não a têm *em si*: em última instância, o seu valor depende de que alguém os queira e decida servir-se deles.

Por isso, a bondade daquilo que apenas é apreciado por causa do prazer ou do gozo que proporciona, desaparece enquanto ninguém quer desfrutar

dela.

Ou seja, o útil e o agradável não são bons *em si e por si*. O seu valor reside nas pessoas que os procuram, em função das quais valem ou são bons: trata-se de uma bondade *relativa, dependente*.

Odigno

A pessoa, pelo contrário, é um bem *digno* ou *absoluto*. A sua bondade radica *em si* mesma, no seu *ser pessoa*, com total independência de qualquer circunstância, idade, sexo, saúde, comportamento, eficácia, posição social...

E assim deve ser querida e apreciada: por si mesma ou absolutamente, independentemente de qualquer outra condição.

Sem dúvida, os bens dignos podem gerar satisfação ou serem úteis, mas não é essa a sua bondade *fundamental* ou *primeira*. A amizade, por exemplo, é fonte de alegrias incomparáveis e produz benefícios múltiplos. Mas não é básica e radicalmente boa *pelo* prazer ou pelos serviços que gera, mas situa-se a anos-luz acima deles.

Poderia dizer-se que em si e por si é tão extraordinariamente boa, que *também* traz satisfações e benefícios, que nenhuma outra realidade pode proporcionar. Mas ter amigos *só* por essas vantagens acrescentadas degrada ou prostitui a amizade: *relativiza-a*, esquecendo que a sua bondade é *absoluta*.

Uma cegueira generalizada

No entanto, na nossa civilização, os bens relativos impuseram-se de tal modo que a própria noção de bem *digno* ou *absoluto* desapareceu.

Ano após ano, os meus alunos do primeiro ano de filosofia discutem se esta é ou não útil, para acabar por optar a favor da sua utilidade. A sua surpresa é grande quando lhes explico que, precisamente para manifestar a sua superioridade e nobreza, Aristóteles declara a filosofia radicalmente

inútil, termo que, para me fazer entender, traduzo como *supra-útil*, procurando compensar a ausência de significado da palavra *digno*.

De maneira parecida, depois de lhes explicar detalhadamente que a filosofia não se subordina a um objetivo ulterior, que o filósofo só procura saber *pelo saber*, quase todos o *traduzem* afirmando que o filósofo conhece *pelo prazer* de saber.

Como muitos dos nossos contemporâneos, às vezes parecem incapazes de conceber o bom *em e por si*, e não em virtude do benefício ou satisfação que gera. Em tais circunstâncias, ao não poder compreendê-la, a bondade do *digno* “não existe”.

Gostas de ter filhos?

A respeito da procriação, o problema surge quando, sem plena consciência, a bondade do filho tende a medir-se com os parâmetros dos bens inferiores, coisa bastante frequente.

Em intervenções públicas, ao comentar que tenho sete filhos, não é raro que algum dos que assistem me pergunte: «*Tu gostas* muito de crianças, não é?» Costumo fazer uma pausa, olhá-lo fixamente uns segundos e acrescentar em tom amável: «Gostar, gostar, do que verdadeiramente *gosto* é de presunto. Aos meus filhos, *amo-os* com toda a alma».

A reação costuma ser cordial e não me custa demasiado fazer-lhes entender que um filho — uma pessoa — nunca se deve converter numa questão de gostos, caprichos ou apetites.

E é que o *digno* está a anos-luz acima do *deleitável* e *doútil*. Em rigor, trata-se de bens incomensuráveis, que nunca deveriam ponderar-se na mesma balança. O *digno* justifica-se por si mesmo e por si mesmo deve querer-se; o útil e *deleitável*, não.

Em consequência, mais do que conhecer os critérios que regem a procriação responsável — que sem dúvida há que saber — hoje é imprescindível desenvolver a aptidão — frequentemente atrofiada ou

inexistente — para captar com profundidade a bondade própria do filho. Advertir que, para o trazer ao mundo, não falta é necessária mais nenhuma razão do que a sua sublime grandeza; e que o que requer outros motivos, sérios e proporcionados, é *não* o procurar trazer.

Existem tais motivos?

Para *impedir* a procriação ou *eliminar* o seu fruto, não. Sim, em certas ocasiões, para *deixar de pôr* os meios para que a procriação possa acontecer.

O filho constitui um bem absoluto, no sentido mais próprio do termo. Mas absoluto não equivale a *infinito*. E precisamente por causa da sua finitude, *sempre* traz consigo certos males, os derivados da necessidade de o atender, que poderiam ser considerados *normais*.

Diante deles, quando se ignora ou se desconhece a bondade absoluta da pessoa, o filho passa automaticamente a conceber-se como um *mal*. Mas, pelo mesmo motivo, sê-lo-ão também o cônjuge, os pais, os irmãos, os amigos...

Deparamos com a lógica tremendamente individualista de Sartre, para quem «o inferno são os outros», e a única resposta, o isolamento; ou seja, a solidão, o mais autêntico inferno.

A exclusão do digno desemboca inevitavelmente num paradoxo, num caminho cego, sem saída. Pelo contrário, o reconhecimento do filho como bem absoluto, relativiza esses males inevitáveis e transforma-os em ocasião de crescimento pessoal.

Inconvenientes graves ou extraordinários

São os que *põem em jogo* a outra ou outras pessoas: perigo sério para a mãe gestante ou para a subsistência da família, cargas que a saúde física ou psíquica dos pais aconselha não assumir...

Em tais circunstâncias, a situação muda... e também se deve modificar a atitude e o comportamento dos possíveis pais.

O critério de fundo é o que rege toda a atuação moral: faz o bem e evita o mal, com as exigências próprias de cada membro deste enunciado.

Fazer o bem constitui o mais básico, fundamental e alegre dever do ser humano. Mas ninguém está obrigado a realizar *todos* os bens que, em abstrato, pudesse realizar. Entre outros motivos porque, ao optar por um deles — uma profissão, um estado civil...— terá forçosamente que deixar para trás todos os bens alternativos que, em tais circunstâncias, poderia escolher e levar a cabo.

Pelo contrário, nunca está permitido *querer* positivamente um mal ou *impedir*, também mediante uma ação dirigida diretamente a isso, um bem. O imperativo de evitar o mal, com que se completa a faceta afirmativa da ética, não admite exceções.

De novo a bondade do filho

Fizemos estas reflexões tendo em vista, sobretudo, a grandeza da pessoa dos filhos, que, como afirma o *Catecismo da Igreja católica* (núm. 1652), citando, por sua vez, o Vaticano II, “são o dom mais excelente do matrimónio e contribuem grandemente para o bem dos seus pais”.

Apoiados precisamente nessa bondade íntima e constitutiva, que não é possível exagerar, no que diz respeito à procriação convém distinguir dois comportamentos opostos, e conhecer o princípio que permite distingui-los.

a) Se existem causas proporcionadas, é moralmente lícito *não querer* fazer o necessário para haver uma nova concepção, ainda que nunca com intenção *anti* conceptiva, mas meramente *não* concetiva; por outras palavras, é permitido *deixar de querer* a procriação de um novo filho e *deixar de* atuar em favor dela.

b) Mas nunca será moralmente legítimo *pôr ativamente impedimentos* para que o filho chegue à vida (*anti* ou *contra* concepção), pois isso,

equivalaria a *querer* positivamente um *mal* — que *não exista* a nova criatura — a agir em conformidade.

É a profunda diferença que separa a *anticoncepção* do uso adequado dos *métodos naturais*. Divergência que, apesar da habitual denominação, não é apenas, nem pouco mais ou menos, uma questão de métodos.

Ou seja, o critério de fundo continua a ser a *bondade absoluta* do filho. Quem por razões graves decide deixar de pôr os meios para uma nova concepção, tem de continuar a considerar o filho possível como um grande bem, mas que não procurarão em virtude da sua condição atual.

Não fazem nada positivo que se oponha à concepção, mas abstêm-se de pôr os meios para que um novo ser humano receba a existência. E se, à margem da sua vontade, Deus os abençoasse com outro filho, aceitá-lo-iam sem reservas, confiando na infinita Bondade e Onnipotência divinas.

As famílias numerosas

Finalmente, a consideração da grandeza constitutiva de cada filho ajuda a entender, como também recorda o *Catecismo*, que “a sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja” vejam “as *famílias numerosas* como um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais” (núm. 2373).

Certamente, existem casais a quem Deus concede poucos filhos ou aqueles a quem não confere descendência, pedindo-lhes então que encaminhem a sua capacidade conjunta de amar para o bem de outras pessoas; mas, também pelo que implica de generosidade, a criação e o cuidado de uma família numerosa, se tal for a vontade de Deus, é uma garantia de felicidade e de eficácia sobrenatural (cf. *Cristo que passa*, n. 25).

Como afirmava Bento XVI e, talvez de maneira particular no momento presente, as famílias “com muitos filhos constituem um testemunho de fé, valentia e otimismo” (Audiência Geral, 2-XI-2005) e “dão um exemplo de generosidade e confiança em Deus” (Discurso, 18-I-2009); por sua vez, o papa Francisco exclamava: “dá alegria e esperança ver tantas famílias

numerosas que acolhem os filhos como um verdadeiro dom de Deus” (Audiência geral, 21-01-2015).

Por outro lado, em bastantes ocasiões Deus abençoa a generosidade desses pais, suscitando entre os seus filhos decisões de entrega plena a Jesus Cristo e desejos de trazer também eles ao mundo numerosos filhos. São famílias que estão cheias de vitalidade humana e sobrenatural. Além disso, ao chegar à velhice, os pais ver-se-ão habitualmente rodeados do afeto dos seus filhos e dos filhos dos seus filhos.

Tomás Melendo

AMOR CONJUGAL

O matrimónio cristão "consolida, purifica e eleva" as características de todo o amor conjugal.



“Deus que criou o homem por amor, também o chamou ao amor, vocação fundamental e inata de todo o ser humano”[1]. Quando Deus criou o homem, criou um ser capaz de amar e de ser amado, porque Deus é Amor e fê-lo à Sua imagem e semelhança [2].

Homem e mulher foram criados um para o outro. Nota-se já a vontade do Criador de fazer destas duas pessoas – distintas pela sua natureza sexuada, iguais na sua dignidade – seres complementares. O matrimónio “está inscrito na própria natureza do homem e da mulher, tais como saíram das mãos do Criador. O matrimónio não é uma instituição puramente humana, apesar das numerosas variações a que esteve sujeito no decorrer dos séculos, nas diferentes culturas, estruturas sociais e atitudes espirituais. Tais diversidades não devem fazer esquecer os traços comuns e

permanentes. (...) Existe, em todas as culturas, um certo sentido da grandeza da união matrimonial”[3].

“Para o cristão o matrimônio – afirmava São Josemaria – não é uma simples instituição social e menos ainda um remédio para as fraquezas humanas: é uma autêntica vocação sobrenatural”[4].

Amor de esposos, amor de Deus

Como afirma o Catecismo da Igreja Católica: “Deus, que criou o homem por amor, também o chamou ao amor, vocação fundamental e inata de todo o ser humano. Porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus que é Amor. Tendo-os Deus criado homem e mulher, o amor mútuo dos dois, torna-se imagem do amor absoluto e indefectível com que Deus ama o homem. É bom, muito bom, aos olhos do Criador” [5].

O homem, quando ama, realiza-se plenamente como pessoa. É o que nos recorda o Concílio Vaticano II: “o homem, única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma, não se pode encontrar plenamente a não ser no sincero dom de si mesmo” [6]. Todo o homem de boa vontade é capaz de o entender. O dom de si ao outro é fonte de riqueza e de responsabilidade, assegura São João Paulo II, e Bento XVI acrescenta que é atenção ao outro e para o outro.

Mas o pecado original quebrou a comunhão harmónica entre o homem e a mulher. A mútua atração converteu-se em relação de domínio e de concupiscência. “A ordem da Criação subsiste, apesar de gravemente perturbada. Para curar as feridas do pecado, o homem e a mulher precisam da ajuda da graça que Deus, na sua misericórdia infinita, nunca lhes recusou. Sem esta ajuda, o homem e a mulher não podem chegar a realizar a união das suas vidas para a qual Deus os criou *no princípio*”[7].

E foi Jesus Cristo quem veio restabelecer a ordem inicial da Criação. Pela sua Paixão e pela sua Ressurreição, fez com que o homem e a mulher fossem capazes de se amar como Ele nos amou. Ele “dá a força e a graça de viver o matrimônio na dimensão nova do Reino de Deus”[8].

Duas pessoas, um só coração

Como diz o Catecismo da Igreja Católica: “O amor conjugal comporta um todo em que entram todas as componentes da pessoa – apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade –; visa uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, conduz à formação de um só coração e de uma só alma, exige a *indissolubilidade* e a fidelidade na doação recíproca definitiva; e abre-se à *fecundidade*. Trata-se, é claro, das características normais de todo o amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e consolida, mas as eleva ao ponto de fazer delas a expressão de valores especificamente cristãos”[9].

Dom e aceitação são simultâneos e recíprocos; com efeito, o dom só é realmente conjugal se passa pela aceitação do outro que, por sua vez, se dá e é recebido como cônjuge.

Cada esposo compromete-se, diante de Deus e perante o seu cônjuge, por um ato de amor que é um ato livre da vontade. E é Deus que sela esta aliança, e nos deixa como modelo a fidelidade entre Cristo e a Igreja, que é Sua Esposa, de maneira que “pelo sacramento do Matrimónio, os esposos ficam habilitados a representar esta fidelidade e a dar testemunho dela”[10].

Um dos frutos e fins do matrimónio é a abertura à vida, “porque o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. O filho não vem de fora juntar-se ao amor mútuo dos esposos; surge no próprio coração deste dom mútuo, do qual é fruto e complemento”[11]. O filho é “o dom mais excelente do matrimónio”[12]; acolhê-lo é “participar do poder criador e da paternidade de Deus”[13]. A união íntima e generosa dos esposos, querida por Deus, constrói e consolida o amor dos pais, “exprime e alimenta a mútua entrega pela qual se enriquecem um ao outro na alegria e gratidão”[14]. Pelo contrário, atuar contra as exigências morais próprias do amor conjugal, é contrário ao respeito devido ao cônjuge e à sua dignidade.

No contexto da fecundidade, é importante considerar a situação daqueles casais que não podem ter filhos. Eles contam com a graça

necessária para difundir a riqueza do seu amor conjugal de diversas maneiras, o que encherá os esposos de felicidade e tornará pleno o seu amor recíproco.

A força especial do sacramento

O sacramento do Matrimónio confere aos esposos cristãos, uma graça particular que lhes permite aperfeiçoar o seu amor, afiançar a sua unidade indissolúvel, de “se levantarem depois das quedas, de se perdoarem mutuamente, de levarem o fardo um do outro ... e de se amarem com um amor sobrenatural, delicado e fecundo. Nas alegrias do seu amor e da sua vida familiar, Ele dá-lhes, já neste mundo, um antegosto do festim das núpcias do Cordeiro”[15].

Neste sentido, para que perdure e alcance a sua plenitude, o amor conjugal deve cultivar-se. É exigente, diz São Paulo. Força e perseverança são necessárias para enfrentar as provas. Assim o expressava São Josemaria: “O matrimónio é um caminho divino, grande e maravilhoso e, como tudo o que é divino em nós, tem manifestações concretas de correspondência à graça, de generosidade, de entrega, de serviço”[16].

Há que aprender a amar. “Amar é não albergar senão um pensamento: viver para a pessoa amada, não se pertencer a si mesmo, estar submetido, venturosa e livremente, com a alma e o coração, a uma vontade alheia - e ao mesmo tempo própria”[17].

Amar necessita tempo e requer esforço. Há que aprender a aprofundar no amor do cônjuge, procurando ter um conhecimento do ser amado cada vez mais fino, mais intenso e mais confiado. É necessário dilatar o próprio coração e o do cônjuge, procurar amenizar os seus limites com generosidade e, sobretudo, perdoar e ser misericordioso: fazer todo o possível para viver o dom de si, ao serviço do outro.

Cristo é o nosso modelo: “O Pai ama-Me – afirma o Senhor – porque dou a minha vida para a retomar. Ninguém ma tira, antes a dou por Mim mesmo”[18]. É essa a vocação para o matrimónio: dar a própria vida por quem se ama. Por isso, os esposos devem deixar-se renovar por Jesus

Cristo, que atua e transforma os seus corações. A oração dos esposos é vital para que ambos permaneçam em Deus, tenham uma paz sobrenatural perante as dificuldades – que se avaliarão assim na sua justa medida –, e saibam oferecer as penas, as fraquezas, e também as alegrias.

“Os casados estão chamados a santificar o seu matrimônio e a santificar-se nessa união: cometeriam, por isso, um grave erro, se edificassem a sua vida espiritual à margem do lar”[19].

O amor manifesta-se nas *coisas pequenas*: palavras, gestos de afeto, pormenores. “O segredo da felicidade conjugal está no quotidiano, não em sonhos. Está em encontrar a alegria íntima que dá a chegada ao lar; está no convívio carinhoso com os filhos; no trabalho de todos os dias, em que colabora toda a família; no bom humor perante as dificuldades, que é preciso encarar com desportivismo; e também no aproveitamento de todos os progressos que nos proporciona a civilização para tornar a casa agradável, a vida mais simples, etc.”[20].

Os esposos hão de ser verazes e amantes sinceros e simples; expressar-se com inteligência, com abordagens positivas e construtivas, retirando importância às pequenas ou grandes fricções que se apresentam na vida diária. Não quererão moldar o outro à medida dos seus desejos, aceitá-lo-ão tal como é, com os seus defeitos e qualidades, procurando – ao mesmo tempo – ajudá-lo com paciência e verdadeiro carinho.

Esforçar-se-ão por ser humildes, reconhecendo as suas próprias limitações para não dramatizar as do outro. Procurarão perceber a riqueza, mais do que as fraquezas do outro.

Serão, sobretudo, misericordiosos, como Cristo foi misericordioso. O rancor e o ar de zangado, *asfixiam* e limitam. As nostalgias e comparações, destroem e isolam.

No entanto, as crises são normais num casal. São o sinal de que algo deve mudar. Os esposos esforçar-se-ão por preservar a sua relação, decidir o que se deve fazer ou dizer, para que o amor ressurja, cresça e se consolide. Porão os meios para criar um ambiente de segurança e de confiança, porque

nada há pior do que “a indiferença” [21] e, sobretudo, apoiar-se-ão na ajuda divina, que não lhes faltará, pois contam com a graça específica do sacramento do Matrimónio.

Além disso, terão de proporcionar o toque positivo, a pincelada maravilhosa, imprescindível, dar-se sem medida, amar antes de atuar, entregando-se ao Senhor. Verão o outro, como caminho para a sua santificação pessoal, aprofundando a fé: a fim de amar mais e melhor.

Pascale Laugier

NOTAS

[1] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1604

[2] Cfr. *Gn* 1, 26-27

[3] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1603

[4] San Josemaría, *Es Cristo que pasa*, n. 23

[5] *Catecismo de la Iglesia Católica*, n. 1604

[6] Concilio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, n. 24

[7] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1608

[8] *Catecismo da Igreja Católica* n. 1615

[9] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1643. Remete para São João Paulo II, Exort. Ap. *Familiaris consortio*, n. 13, 22-XI-1981: AAS 74 (1982) 96.

[10] *Catecismo da Igreja Católica*, n., n. 1647

[11] *Catecismo da Igreja Católica*, n., n. 2366

- [12] *Catecismo da Igreja Católica*, n., n. 2367
- [13] *Ibidem*.
- [14] Concilio Vaticano II , *Gaudium et Spes*, n. 49
- [15] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1642
- [16] São Josemaria, *Temas Atuais do Cristianismo*,, n. 93
- [17] São Josemaria, *Sulco*, n. 797
- [18] *Jn* 10, 17-18
- [19] São Josemaria, *Cristo que Passa*, n. 23
- [20] São Josemaria, *Temas Atuais do Cristianismo*, n. 91
- [21] Papa Francisco, *Mensagem para a Quaresma 2015*

O AMOR MATRIMONIAL, COMO PROJETO E TAREFA COMUM

O segredo do amor é querer que o outro seja feliz. Deste modo, a relação matrimonial e a educação dos filhos edifica-se sobre a base sólida da entrega. Disponibilizamos um novo editorial sobre o amor humano.



A unidade é o segredo da vitalidade e da fecundidade em todos os níveis da vida. A desagregação é o sinal por excelência da morte física.

No que diz respeito à unidade entre um homem e uma mulher para formar uma família, a unidade deve dar-se não só biologicamente, mas também espiritualmente. O amor matrimonial, embora comece pelo sentimento, consolida-se pela unidade dos objetivos, desejos e aspirações num projeto comum de vida. “A doação física total seria um engano se não fosse sinal e fruto de uma doação que está presente em toda a pessoa, até na sua dimensão temporal; se a pessoa se reservasse alguma coisa ou a possibilidade de decidir de outro modo com vista ao futuro, já não se doaria totalmente” [1].

Sem o enamoramento, a espécie humana dificilmente sobreviveria, mas o enamoramento é só – ou primordialmente – o momento prévio ao amor duradouro. Permanecer no amor não é um ideal nem uma questão que diz respeito apenas aos bons costumes, à moralidade ou à fé; é também uma exigência da biologia humana: está na base do que constitui a família.

Por exemplo, o parto humano é absolutamente único – diferente – comparado com o dos animais de qualquer outra espécie. Pouco antes de nascer, uma descarga hormonal faz com que o cérebro do feto se desenvolva. E isto, fora do que seria de esperar dum mamífero: os símios vivem o desenvolvimento equivalente à infância e à adolescência no seio materno; os humanos, por outro lado, nascemos prematuros: o desenvolvimento da infância e da juventude é vivido fora, no terreno, na família.

As crianças, graças ao seu poderoso cérebro, aprendem da vida em tempo real. Este facto natural, biológico, exige uma estabilidade no matrimónio. Por isso, alguns autores dizem que o matrimónio indissolúvel é uma exigência da natureza e não um produto das tradições culturais ou das crenças religiosas, nem uma invenção do Estado.

Quando o sentimento inicial que dá lugar ao amor conduz ao matrimónio, o amor converte-se num compromisso para toda a vida, para se complementarem mutuamente. A plenitude de cada um dos cônjuges é atingida no outro. O compromisso que se contrai é muito mais do que “viver com”, é viver *‘para’* o outro, o que significa assumir o destino pessoal para o amor, – para a felicidade, para o Céu –, entregando a própria vida pelo outro.

Os filhos no projeto comum

No projeto familiar, a formação dos filhos – quando há – é talvez a tarefa principal. Desde miúdos precisam de sentir a unidade espiritual na vida dos seus pais. “Desde os primeiros instantes, os filhos são testemunhas inexoráveis da vida dos seus pais. (...) De maneira que as coisas que acontecem no lar influem, para bem ou para mal, nas vossas crianças.

Procurai dar-lhes bom exemplo, procurai não esconder a vossa piedade, procurai ser limpos na vossa conduta (...) Por isso, deveis ter vida interior, lutar para serdes bons cristãos” [2].

Tão importante como o alimento, o vestuário ou a escolha da escola, é a formação nas linhas de conduta, atitudes e convicções que tornam possível a vida plena das pessoas. A vida é unidade, e se quisermos que os filhos tenham critérios claros, precisam de sentir quotidianamente o amor mútuo dos seus pais; o seu comum acordo sobre as coisas importantes no desenvolvimento da família; e, sobretudo, têm que descobrir de diferentes modos, mas em pormenores concretos, que são aceites pelo que ‘são’. Os filhos têm de perceber nas atitudes dos seus pais para com eles a afirmação da sua existência: que bom e que belo é que ‘tu’ estejas connosco, que formes parte da nossa família!

Se os filhos vivem numa atmosfera de realidades e não de caprichos, será mais fácil que aprendam a autogovernar-se e que, a seu tempo, queiram reproduzir o modelo. É certo que cada filho é um romance diferente, que eles próprios escrevem à medida que vão amadurecendo. Mas também é certo que num clima habitual de conflito e instabilidade é muito mais difícil amadurecer devidamente. S. Josemaria sugere a este respeito o seguinte: “Fala-lhes raciocinando um pouco, para que se deem conta de que devem atuar de outro modo, porque assim agradam a Deus” [3].

Quando os filhos vêem que os seus pais se amam, sentem-se seguros. Isto contribui para a estabilidade do seu carácter: crescem serenamente e com energia para viver. Se, além disso, os pais procuram conviver o maior tempo possível com eles, aprenderão as exigências da entrega por osmose, deixar-se-ão contagiar pelo carinho dos seus pais, e reduzem-se os temores e as possíveis ansiedades.

Família versus individualismo

A família surge de um entrelaçamento onde os dois se fazem um só, ligados por um vínculo livremente contraído. O amor, para ser humano e

livre, deve lutar por manter o compromisso assumido, sejam quais forem as circunstâncias.

O segredo do amor é desejar que o outro seja feliz. Se os pais atuarem assim, os filhos aprenderão o amor no mesmo manancial. Não são dois projetos singulares que depois se juntam ou misturam, mas um só projeto que enriquece a vida de ambos. A profissão de cada um, mesmo sendo vivida com entusiasmo, é potenciada pelo projeto comum. Se, ao trabalhar, cada um pensa no outro, a profissão e a família sustentam-se mutuamente; e os chamados problemas de “conciliação” entre o trabalho e a família encontram uma solução compatível com a vocação da família.

No matrimónio cria-se uma atmosfera que impede o individualismo egoísta e facilita-se o amadurecimento pessoal. Aqui a mulher, como diz o Papa Francisco, tem um papel especial: “As mães são o antídoto mais forte contra a difusão do individualismo egoísta. *Indivíduo* quer dizer ‘que não pode ser dividido’. As mães, no entanto, dividem-se quando acolhem um filho para o dar ao mundo e fazê-lo crescer” [4].

A mulher e o homem maduros sabem praticar, com senso comum, o respeito pela autonomia e personalidade do outro. Mais ainda, cada um vive a vida do outro como própria. Neste sentido, a expressão “formarão uma só carne” [5] diz tudo. O mandato de Deus é uma proposta de vida em comum para sempre, que implica uma entrega total e exclusiva. Poderíamos dizer que se trata de um chamamento ao amor verdadeiro e comprometido. Ao mesmo tempo, temos a possibilidade de o rejeitar. Mas acolher em liberdade o convite d’Aquele que é a própria Vida é um seguro de felicidade. “Quando um homem e uma mulher celebram o sacramento do Matrimónio, Deus, por assim dizer, «reflete-se» neles. Imprime-lhes as Suas próprias atitudes e o carácter indelével do Seu amor. Um casal é um ícone do amor de Deus para conosco. É muito belo! Também Deus, de facto, é comunhão. As três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo, vivem desde sempre e para sempre em unidade perfeita. E é este, justamente, o mistério do Matrimónio” [6]. A família, continuando este programa, deve imitar a vida divina no amor e no transbordar da sua fecundidade. O individualista, – o “*single man*”, a “*single woman*” –, está nos seus antípodas. Se quiser viver

e fazer viver, o matrimónio deve seguir as instruções que Ele mesmo nos deu no princípio, “crescei e multiplicai-vos” [7].

Deus é uma vida de relação permanente [8]. E quis estabelecer com os homens uma Aliança de amor. No matrimónio, o “vínculo de amor converte-se em imagem e símbolo da Aliança que une Deus com o seu povo” [9]. Daí a gravidade que supõe uma rotura formal, sob todos os pontos de vista.

Na fidelidade matrimonial está a felicidade. Deus foi fiel connosco, dando-nos todos os bens: em primeiro lugar, o próprio amor do matrimónio e o dos filhos. Se os filhos amadurecem na fidelidade dos pais, aprendem o segredo da felicidade e o sentido da vida.

O edifício social, por outro lado, constrói-se com tijolos que são as famílias e sobre umas fundações que são a confiança de todos entre todos. Se não houver fidelidade no âmbito familiar – nem respeito, nem confiança – também não haverá fidelidade na sociedade.

M^a Á. García

A. Segura

Foto: *Jiji (cc)*

NOTAS

[1] S. João Paulo II, Ex. apost. *Familiaris consortio*, n. 11.

[2] S. Josemaria, notas de uma reunião familiar, 12-IX-1972.

[3] S. Josemaria, notas de uma reunião familiar, 24-XI-1972.

[4] Papa Francisco, *Audiência*, 7-I-2015.

[5] *Mt* 19, 6.

[6] Papa Francisco, *Audiência*, 2-IV-2014.

[7] *Gn* 1, 28 y 2, 24.

[8] Cfr. S. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, q. 40, a. 2 y 3.

[9] S. João Paulo II, Ex. apost. *Familiaris consortio*, n. 12.

O MATRIMÓNIO: UMA VOCAÇÃO E UM CAMINHO DIVINO

Chegarem juntos ao Céu: esse é o anseio que pode impulsionar cada casal. Disponibiliza-se um novo editorial sobre o amor humano.



Deram a volta ao mundo umas palavras do Papa Francisco, no encontro com as famílias que teve lugar em Manila:

“Não é possível uma família sem sonhar. Quando numa família se perde a capacidade de sonhar, de amar, essa energia de sonhar perde-se, por isso lhes recomendo que à noite, quando façam o exame de consciência, também se façam esta pergunta: hoje sonhei com o futuro dos meus filhos, hoje sonhei com o amor do meu esposo ou esposa, sonhei com a história dos meus avós?” [1].

Sonhar

Esta capacidade de sonhar tem a ver com a “ilusão” – no sentido castelhano do termo – que pomos nos nossos horizontes e esperanças, sobretudo na relação com as pessoas, ou seja, os bens ou êxitos que lhes desejamos, as esperanças que temos a seu respeito. A capacidade de sonhar equivale à capacidade de projetar o sentido da nossa vida naqueles que amamos. Por isso é, efetivamente, algo representativo de cada família.

Desde muito cedo, S. Josemaria contribuiu para recordar, no quadro dos ensinamentos da Igreja, que o matrimónio – gérmen da família – é, no pleno sentido da palavra, uma chamada específica à santidade dentro da comum vocação cristã: um caminho vocacional, diferente mas complementar ao do celibato – seja sacerdotal ou laical – ou para a vida religiosa. “O amor, que conduz ao matrimónio e à família, pode também ser um caminho divino, vocacional, maravilhoso, via para uma completa dedicação ao nosso Deus” [2].

Por outro lado, esta chamada de Deus no matrimónio não significa de modo algum diminuir os requisitos que supõe seguir Jesus. Pois, se “tudo contribui para o bem dos que amam a Deus” [3], os esposos cristãos encontram na vida matrimonial e familiar a matéria da sua santificação pessoal, quer dizer, da sua pessoal identificação com Jesus Cristo: sacrifícios e alegrias, gozos e renúncias, o trabalho no lar e fora dele, são os elementos com que, à luz da fé, constroem o edifício da Igreja.

Sonhar, para um cristão, com a esposa ou com o esposo, é olhá-lo com os olhos de Deus. É contemplar, prolongado no tempo, a realização do projeto que o Senhor tem pensado e quer, para cada um, e para os dois na sua concreta relação matrimonial. É desejar que esses planos divinos se façam realidade na família, nos filhos – se Deus os manda – nos avós e nos amigos que a providência vá colocando para os acompanhar na viagem da vida. É, afinal, ver cada um o outro como o seu particular *caminho* para o Céu.

O segredo da família

Com efeito, Cristo fez do matrimónio um caminho divino de santidade, para encontrar Deus no meio das ocupações diárias, da família e do trabalho, para situar a amizade, as alegrias e as penas – porque não há cristianismo sem Cruz – e as mil pequenas coisas do lar ao nível eterno do amor. Eis o segredo do matrimónio e da família. Assim se antecipa a contemplação e o gozo do céu, onde encontraremos a felicidade completa e definitiva.

No quadro desse “caminho divino” de amor matrimonial, S. Josemaria falava do significado cristão, profundo e belo, da relação conjugal: “Noutros sacramentos a matéria é o pão, é o vinho, é a água... Aqui são os vossos corpos. (...). Vejo o leito conjugal como um altar; está ali a matéria do sacramento” [4]. A expressão *altar* não deixa de ser surpreendente e ao, mesmo tempo, é consequência lógica de uma leitura profunda do matrimónio, que tem na *una caro*[5] – a união completa dos corpos humanos, criados à imagem e semelhança de Deus – o seu núcleo.

Nesta perspetiva se entende que os esposos cristãos expressem, na linguagem da corporalidade, o próprio do sacramento do matrimónio: com a sua entrega mútua, louvam a Deus e dão-Lhe glória, anunciam e atualizam o amor entre Cristo e a Igreja, secundando a obra do Espírito Santo nos seus corações. E daí vem, para os esposos, para a sua família e para o mundo, uma corrente de graça, de força e de vida divina que tudo rejuvenesce.

Isto requer uma preparação e uma formação contínua, uma luta positiva e constante: “Os símbolos fortes do corpo – observa o Papa Francisco – têm as chaves da alma: não podemos tratar os laços da carne com ligeireza, sem abrir uma ferida duradoura no espírito” [6].

O vínculo que surge a partir do consentimento matrimonial fica selado e é enriquecido pelas relações íntimas entre os esposos. A graça de Deus que receberam desde o Baptismo, encontra um novo canal que não se justapõe ao amor humano, antes o assume. O sacramento do matrimónio não supõe um acrescento externo ao matrimónio natural; a graça sacramental específica informa os cônjuges a partir de dentro e ajuda-os a viver a sua relação com exclusividade, fidelidade e fecundidade: “É importante que os

esposos adquiram o sentido claro da dignidade da sua vocação, que saibam que foram chamados por Deus a chegar ao amor divino também através do amor humano; que foram eleitos, desde a eternidade, para cooperar com o poder criador de Deus na procriação e depois na educação dos filhos; que o Senhor lhes pede que façam, do seu lar e da sua vida familiar inteira, um testemunho de todas as virtudes cristãs” [7].

Os filhos são sempre o melhor “investimento”, e a família a “empresa” mais sólida, a maior e a mais fascinante aventura. Todos contribuem com o seu papel, mas a novela resultante é muito mais interessante do que a soma das histórias singulares, porque Deus atua e faz maravilhas.

Daí a importância de saber compreender – os esposos entre si e os filhos – de aprender a pedir desculpa, de amar – como ensinava S. Josemaria – todos os defeitos mútuos, sempre que não sejam ofensa a Deus [8]. “E, na vida dos cônjuges, quantas dificuldades se resolvem, se conservarmos um espaço para o sonho, se nos detivermos a pensar no cônjuge e sonharmos com a bondade, com as coisas boas que tem. Por isso, é muito importante recuperar o amor através do sonho de cada dia. Nunca deixeis de ser namorados!” [9].

Parafraseando o Papa, poder-se-ia acrescentar: que os esposos nunca deixem de se sentar para compartilhar e recordar os momentos belos e as dificuldades que atravessaram juntos, para considerar as circunstâncias que provocaram êxitos ou fracassos, ou para recobrar um pouco de alento, ou para que os dois pensem na educação dos filhos.

Fundamento do futuro da humanidade

A vida matrimonial e familiar não é instalar-se numa existência segura e cómoda, mas antes dedicar-se um ao outro e dedicar generosamente tempo aos restantes membros da família, começando pela educação dos filhos – o que inclui facilitar a aprendizagem das virtudes e a iniciação na vida cristã – para abrir-se continuamente aos amigos, a outras famílias e, especialmente, aos mais necessitados. Deste modo, mediante a coerência da fé vivida em

família, se comunica a boa nova – o Evangelho – de que Cristo continua presente e nos convida a segui-lo.

Jesus revela-se aos filhos através do pai e da mãe, pois para ambos, cada filho é, antes de tudo, um filho de Deus, único e irrepetível, com quem Deus foi o primeiro a sonhar. Por isso, João Paulo II podia afirmar que “o futuro da humanidade se constrói na família”[10].

As famílias que não puderam ter filhos

E qual seria o sentido que devem dar ao seu matrimónio os esposos cristãos que não tenham descendência? A esta pergunta, S. Josemaria respondia que, antes de mais, deveriam pedir a Deus que os abençoe com filhos, se for essa a Sua Vontade, como abençoou os Patriarcas do Antigo Testamento; e depois que recorram a um bom médico. “Se apesar de tudo, o Senhor não lhes dá filhos, não hão-de ver nisso nenhuma frustração: hão-de estar contentes, descobrindo nesse mesmo facto a Vontade de Deus para eles. Muitas vezes o Senhor não concede filhos porque pede mais. Pede que se tenha o mesmo esforço e a mesma delicada entrega, ajudando o próximo, sem a alegria humana de ter tido filhos: não há, pois, motivo para se sentirem fracassados nem para dar lugar à tristeza”.

E acrescentava: "Se os esposos têm vida interior, compreenderão que Deus os urge, impulsionando-os a fazer da sua vida um serviço cristão generoso, um apostolado diverso do que realizariam nos seus filhos, mas igualmente maravilhoso. Que olhem à sua volta e descobrirão de imediato pessoas que necessitam de ajuda, caridade e carinho. Além disso, há muitos trabalhos apostólicos em que podem trabalhar. E se sabem pôr o coração nessa tarefa, se sabem dar-se generosamente aos outros, esquecendo-se de si próprios, terão uma fecundidade esplêndida, uma paternidade espiritual que encherá a sua alma de verdadeira paz"[11].

Em todo caso, S. Josemaria gostava de se referir às famílias dos primeiros cristãos: “Aquelas famílias que viveram de Cristo e que O deram a conhecer. Pequenas comunidades cristãs, que foram como centros de irradiação da mensagem evangélica. Lares iguais aos outros lares daqueles

tempos, mas animados de um espírito novo, que contagiava quem os conhecia e os tratava. Isso foram os primeiros cristãos, e isso temos que ser os cristãos de hoje: semeadores de paz e de alegria, da paz e da alegria que Jesus nos trouxe”[12].

R. Pellitero

NOTAS

[1] Papa Francisco, *Discurso no Encontro com as famílias*, Manila, Filipinas, 16-01-2015.

[2] Cfr. S. Josemaria, Homilia “Amar o mundo apaixonadamente”, em *Temas actuais do cristianismo*, n. 121; cfr. “O matrimónio, vocação cristã”, em *Amigos de Deus*.

[3] *Ro* 8, 28.

[4] S. Josemaria, *Apontamentos tomados de uma reunião familiar* (1967), recolhido em *Diccionario de San Josemaria*, Burgos 2013, p. 490.

[5] Cf. *Gn* 2, 24; *Mc* 10, 8.

[6] Papa Francisco, *Audiência geral*, 27-05-2015.

[7] S. Josemaria, *Temas actuais do cristianismo*, n. 93.

[8] Cf. S. Josemaria, *Apontamentos tomados de uma reunião familiar*, 7-VII-1974.

[9] Papa Francisco, *Discurso no Encontro com as famílias*, Manila, Filipinas, 16-01-2015.

[10] S. João Paulo II, *Familiaris consortio*, n. 86.

[11] S. Josemaria, *Temas actuais do cristianismo*, n. 96.

[12] S. Josemaria, *Cristo que passa*, n. 30.

RECORDE A SÉRIE "CASADOS DE FRESCO"

são 5 episódio, com perguntas e respostas sobre casamento. Somam mais de 13.000 visualizações



VÍDEO: "UMA OPORTUNIDADE PARA SER FELIZES"

Neste documentário disponibilizam-se ensinamentos práticos de S. Josemaria e testemunhos de casais ingleses, escoceses e irlandeses que falam sobre os desafios da vida familiar. Vídeo legendado em português.

